

**Ata n.º 9/2013**  
**do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**

No dia 16 de outubro de 2013, pelas 15h11, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a ordem de trabalhos que se anexa (Doc.1).

Estiveram presentes os Professores Doutores: Maria Fernanda Palma, Pedro Romano Martinez, que presidiu, Luís de Lima Pinheiro, José Duarte Nogueira, Eduardo Vera-Cruz Pinto, Fernando Araújo, Maria do Rosário Palma Ramalho, Dário Moura Vicente, Vasco Pereira da Silva, Maria Luísa Duarte, Jorge Duarte Pinheiro, Luís Morais, Jorge Reis Novais, David Duarte, José Melo Alexandrino, Miguel Moura e Silva, e Sílvia Alves, que secretariou.

Justificaram a sua ausência os Professores Doutores Paulo Otero, Paula Costa e Silva, Luís Bonifácio Ramos e Rute Saraiva.

Participou também na reunião a Professora Doutora Isabel Banond, que substituiu o Professor José Duarte Nogueira quando este se ausentou.

**Antes da ordem do dia**

O Professor Dário Moura Vicente informou o Conselho da sua eleição como Presidente da Associação Portuguesa de Direito Intelectual (APDI), sucedendo assim ao Professor José de Oliveira Ascensão, agora Presidente Honorário. Comunicou ainda que o acervo bibliográfico da Associação será transferido para a Faculdade, uma vez aceite a proposta submetida ao Diretor. Em homenagem ao Professor José de Oliveira Ascensão, a sala que acolherá a nova biblioteca especializada receberá o seu nome. Respondendo às questões colocadas pelo Professor David Duarte e pela Professora Maria do Rosário Palma Ramalho, o Professor Dário Moura Vicente esclareceu que a sala em causa, pela sua dimensão, não é utilizável como sala de aula, estará aberta aos associados da APDI, aos docentes e aos alunos da Faculdade, sendo o seu funcionamento assegurado por dois funcionários da Associação. O Presidente do Conselho felicitou o Professor Dário Moura Vicente, agradecendo-lhe, assim como ao Professor José de Oliveira Ascensão, a iniciativa da criação da nova biblioteca e associou-se à devida homenagem ao Mestre da nossa Faculdade.

O Presidente do Conselho deu notícia das provas de doutoramento realizadas, felicitando os novos Doutores Ana Margarida Pires Seixas, Maria de Lurdes Viegas Marques Pereira, Domingos Miguel Soares Farinho, Ana Gouveia de Freitas Martins e Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde.



## **1. Aprovação da ata da reunião anterior**

Uma vez acolhidas as sugestões antes apresentadas pelos Professores Miguel Teixeira de Sousa, Luís de Lima Pinheiro e José Melo Alexandrino, a Ata nº 8/2013, relativa à reunião de 11 de setembro, foi aprovada.

Depois de recordar que o Grupo de Ciências Jurídicas acordara que a respetiva proposta de reforma dos mestrados e doutoramentos deveria ser previamente submetida ao Grupo, ouvindo os Colegas das áreas em causa – o que, neste caso, não aconteceu - a Professora Maria do Rosário Palma Ramalho considerou que a referida proposta foi objeto de uma mera aprovação de princípio, justificando-se a sua reponderação no Grupo.

Por sugestão do Professor David Duarte, as atas do Conselho farão constar a concreta fundamentação das licenças sabáticas concedidas, incluindo as licenças a que se refere a ata de julho.

A propósito, o Presidente informou o Conselho que o Professor Eduardo Paz Ferreira apresentara também um pedido de licença sabática, legalmente fundamentado e ainda não apreciado.

## **2. Reforma dos mestrados e doutoramentos**

O Professor Luís de Lima Pinheiro, Coordenador dos Estudos Pós-Graduados, começou por recapitular as ações realizadas pela Comissão de Estudos Pós-Graduados no sentido de concretizar a reforma dos mestrados e doutoramentos no próximo ano letivo, identificando as vicissitudes e as múltiplas e concretas dificuldades com que a Comissão foi confrontada e chamando a atenção para as questões que ainda permanecem em aberto, nomeadamente quanto aos planos de estudos. Chamou a atenção para o volume e a complexidade do trabalho da Comissão dos Estudos Pós-Graduados, bem como para a justificação da deliberação tomada pelo Conselho Científico quanto à constituição de uma Comissão para supervisionar os procedimentos de acreditação, que o Professor José Alberto Vieira aceitou presidir, e da sua importância para a concretização da reforma. O Coordenador dos Estudos Pós-Graduados reiterou finalmente o seu empenho, bem como de toda a Comissão dos Estudos Pós-Graduados, no propósito de desenvolver todos os esforços para a concretização da reforma aprovada.

O Conselho abriu um amplo debate centrado na avaliação do estado do processo de reforma dos mestrados e doutoramentos. Pronunciaram-se sucessivamente, além do Presidente do Conselho, os Professores David Duarte, Maria Luísa Duarte, Jorge Reis Novais, Maria do Rosário Palma Ramalho, José Melo Alexandrino, Miguel Moura e Silva, Maria Fernanda Palma e Eduardo Vera-Cruz Pinto. As intervenções refletiram preocupação quanto ao desfecho do processo de acreditação, analisaram específicos aspetos procedimentais da reforma e da acreditação e, sob as várias perspetivas de explicação dos problemas e do risco de não concretização da reforma no prazo inicialmente projetado, foram recusando a tentação de responsabilizar os vários participantes no processo, perseverando antes no objetivo de concluir a reforma e manter a colaboração entre os vários órgãos e os serviços da Faculdade.

### **3. Novo regime de doutoramentos**

O Presidente informou o Conselho sobre o impacto do Decreto-Lei n.º115/2013, de 7 de agosto, e a política da Reitoria quanto à realização de doutoramentos (v.g. local de realização das provas e constituição de júris). Na sequência da reunião realizada entre o Vice-Reitor, Professor Eduardo Pereira, o Presidente do Conselho Científico e o Diretor da Faculdade, a Reitoria manifestou a sua concordância quanto à preservação do procedimento adotado pela Faculdade de Direito e regulado nos seus Estatutos. De acordo com o “Despacho conjunto do Diretor e do Presidente do Conselho Científico”, de 24 de setembro de 2013, as designações de júris de provas de doutoramento, de júris de equivalência ao grau de doutor e júris de reconhecimento ao grau de doutor recaem sobre o Presidente do Conselho Científico (Doc.2). As provas de doutoramento continuarão a ser realizadas no edifício da Reitoria, recorrendo aos respectivos serviços para instrução dos processos. Considerando que, de acordo com a lei em vigor, os júris serão constituídos por “um mínimo de quatro vogais doutorados, devendo um destes ser o orientador”, admite-se a possibilidade de manter também a prática de indicar sete membros. Finalmente, o Presidente do Conselho lembrou que, em casos de coorientação, o júri integrará apenas um orientador e só “excepcionalmente” poderá “integrar o júri um segundo orientador, caso este pertença a área científica distinta”.

Por proposta do Professor Dário Moura Vicente, logo secundado pelo Professor Luís Morais, o Conselho saudou a posição defendida pelo Presidente do Conselho Científico e pelo Diretor no sentido de defender e preservar a tradição de valorização do doutoramento pela Faculdade.

### **4. Doutoramento e pós-doutoramento**

#### **a) Admissão a doutoramento e pós-doutoramento**

Antes de iniciar este ponto da ordem de trabalhos, foram trocadas algumas impressões gerais sobre a admissão a doutoramento “per saltum” ou com dispensa de realização da tese de mestrado. A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho considerou que, em defesa dos candidatos, estes deveriam ser chamados a refletir sobre as vantagens da realização de um trabalho de investigação de maior fôlego antes da dissertação de doutoramento. Pronunciaram-se ainda os Professores Luís de Lima Pinheiro, Maria Fernanda Palma, Vasco Pereira da Silva, Isabel Banond e Jorge Reis Novais. Foram recordados o fundamento e os requisitos destas admissões, a prática do Conselho neste domínio, assim como a experiência das turmas de mestrado e de doutoramento.

O Conselho admitiu a doutoramento Maurício Andere von Bruck Lacerda, na área de Ciências Jurídico-Civis, com o tema “O silêncio e os seus efeitos nos contratos privados no

âmbito do direito brasileiro” e sob a orientação dos Professores Doutores Pedro Romano Martinez e Fernando Araújo.

O Conselho admitiu a doutoramento Tânia Luísa Farinha e Faria, na área de Ciências Jurídico-Económicas, com o tema “Restrições da concorrência por objeto ou por efeito: muito barulho por nada?” e sob a orientação do Professor Doutor Fernando Araújo.

O Conselho admitiu a doutoramento Nuno Calaim Lourenço, na área de Ciências Jurídico-Económicas, com o tema “O regime da contratação pública e o primado do direito europeu na concorrência” e sob a orientação do Professor Doutor Luís Morais.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento apresentado por Maurício Ramires que, admitido a doutoramento com o tema “Diálogo Jurisprudencial Internacional: A Influência Recíproca das Jurisprudências Constitucionais Nacionais como Fator de Consolidação do Estado de Direito e dos Princípios Democráticos pelo Mundo”, solicita a respetiva alteração para: “Diálogo Judicial Internacional: A Influência Recíproca das Jurisprudências Constitucionais como Fator de Consolidação do Estado de Direito e dos Princípios Democráticos”.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento apresentado por Ana Sofia Nunes Rodrigues da Silva Vaz Geraldes que, admitida a doutoramento com o tema “A regulamentação jurídico-internacional de águas subterrâneas partilhadas”, solicita a respetiva alteração para: “Ciberterrorismo – regulamentação jurídica internacional”.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento apresentado por Wilson Furtado Roberto que, admitido a doutoramento com o tema “Estabelecimentos Virtuais: Problemas do Trespasse (Alguns Aspetos)”, solicita a respetiva alteração para: “Contratos de Distribuição e Comércio Eletrónico em Linha”.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento apresentado por Manoel Ilson Cordeiro Rocha que, admitido a doutoramento com o tema “O Controle jurisdicional da eficiência administrativa”, solicita a respetiva alteração para: “O controle jurisdicional da eficiência administrativa. Na perspectiva dos direitos português e brasileiro”.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento apresentado por Sónia Maria Gemas Dias e Alegre Donário que, admitida a doutoramento com o tema “A Defesa da Concorrência e os Poderes de Regulação Públicos e Privados”, solicita a respetiva alteração para: “As profissões liberais: entre a regulação e a concorrência”.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que Luís Filipe de Melo e Silva pede que seja prorrogado por um período não superior a dois anos e não inferior a um ano o prazo de entrega da sua tese de doutoramento.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que Rui Sanhá pede que seja prorrogado por 12 meses o prazo de entrega da sua tese de doutoramento.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que Wilson Furtado Roberto pede que seja prorrogado o prazo de entrega da sua tese de doutoramento para o dia 20 de outubro de 2015.

O Conselho admitiu a pós-doutoramento o Doutor Miguel Kfourri Neto, com o tema “Culpa e ónus da prova em especialidades médicas” e sob a orientação do Professor Doutor José de Oliveira Ascensão.

O Conselho admitiu a pós-doutoramento o Doutor Pedro Manoel Abreu, com o tema “Processo e jurisdição – novas perspetivas na cena contemporânea” e sob a orientação do Professor Doutor Pedro Barbas Homem.

O Conselho admitiu a pós-doutoramento o Doutor José Marcelo Menezes Vigliar, com o tema “O ónus de afirmar na estrutura do devido processo” e sob a orientação da Professora Doutora Paula Costa e Silva.

O Conselho admitiu a pós-doutoramento o Doutor Paulo Henrique dos Santos Lucon, com o tema “Execução extrajudicial: uma visão comparada entre os sistemas português e brasileiro” e sob a orientação da Professora Doutora Paula Costa e Silva.

O Conselho, tendo em conta o Parecer da Professora Doutora Paula Costa e Silva, atribuiu a classificação de Muito Bom ao estágio de Pós-Doutoramento do Doutor Marcelo José Magalhães Bonício (Doc.3).

O Conselho, tendo em conta o Parecer do Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro, atribuiu a classificação de Muito Bom ao estágio de Pós-Doutoramento da Doutora Valéria Silva Galdino Cardin (Doc.4).

#### **b) Constituição de júris**

O Conselho tomou conhecimento da entrega da dissertação de doutoramento de Maurício Ramires, intitulada “Diálogo Judicial Internacional: A Influência Recíproca das Jurisprudências Constitucionais como Fator de Consolidação do Estado de Direito e dos

Princípios Democráticos” (Ciências Jurídico-Políticas), sob a orientação do Professor Doutor Jorge Miranda.

O Conselho tomou conhecimento da entrega da dissertação de doutoramento de Manoel Ison Cordeiro Rocha, intitulada “O controle jurisdicional da eficiência administrativa. Na perspetiva dos direitos português e brasileiro” (Ciências Jurídico-Políticas), sob a orientação do Professor Doutor Paulo Otero.

O Conselho tomou conhecimento da entrega da dissertação de doutoramento de Ana Isabel Cruz Soares Pinto, intitulada “A competência do Tribunal de Justiça da União Europeia no espaço de liberdade, segurança e justiça” (Ciências Jurídico-Internacionais e Europeias), sob a orientação da Professora Doutora Maria Luísa Duarte.

## **5. Mestrado (constituição de júris)**

O Conselho, por proposta do Professor Dário Moura Vicente, refletiu sobre a uniformização do número de membros dos júris de mestrado. Pronunciaram-se também, além do Presidente do Conselho, os Professores Maria do Rosário Palma Ramalho, Luís de Lima Pinheiro, Jorge Reis Novais e Fernando Araújo.

O Conselho deliberou que os júris de mestrado serão, em regra, constituídos por três ou quatro membros. Se a situação o justificar, considerando nomeadamente o convite dirigido a Professores estrangeiros, poderão ser constituídos por quatro ou cinco membros.

O Conselho aprovou os júris dos cursos de Mestrado em “Ciências Jurídico-Ambientais (M. Científico)” (Doc.5); em “Direito - Área de Especialização em Direito Fiscal (M. Científico)” (Doc.6); em “Ciências Jurídico-Económicas (M. Profissionalizante)” (Doc.7); “Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (M. Profissionalizante)” (Doc.8); em “Direito Internacional e Relações Internacionais (M. Profissionalizante)” (Doc.9); e em “Direito Administrativo (M. Profissionalizante)” (Doc.10).

O Conselho aprovou as modificações de júris do curso de “Mestrado em Direito – Área de Especialização em Ciências Jurídico-Criminais” (Doc.11); e em “Direito – Área de Especialização em Concorrência e Regulação” (Doc.12).

O Conselho aprovou a lista de candidatos à elaboração da dissertação, de acordo com o documento elaborado pelo Gabinete de Estudos Pós-Graduados (Doc.13). Considerando que os pedidos foram extemporaneamente apresentados, o prazo de entrega das dissertações será o mesmo dos restantes Alunos.

O Conselho deferiu os requerimentos em que se pede alteração do tema de dissertação, de acordo com o documento elaborado pelo Gabinete de Estudos Pós-Graduados (Doc.14).

## **6. Regras relativas à reprodução de textos em teses**

O Professor Luís de Lima Pinheiro, Coordenador dos Estudos Pós-Graduados, apresentou ao Conselho as “Propostas de deliberação em matéria de cópia e plágio” (Doc.15), discutido no âmbito da comissão e elaborado pela Professora Rute Saraiva.

O Conselho procedeu a uma detalhada análise dos textos das propostas, sendo formuladas algumas sugestões de alteração. Participaram sucessivamente no debate os Professores Fernando Araújo, Maria do Rosário Palma Ramalho, José Melo Alexandrino, Miguel Moura e Silva, Eduardo Vera-Cruz Pinto, Maria Fernanda Palma, Jorge Reis Novais, Vasco Pereira da Silva, Dário Moura Vicente e Maria Luísa Duarte. O Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto pediu que constasse em ata a sua proposta, segundo a qual uma declaração do Professor Orientador deverá constituir condição *sine qua non* da realização de provas públicas.

A comissão dos Estudos Pós-Graduados, incorporando as conclusões do debate, estudará novamente o problema da reprodução de textos em teses, que será reapreciado pelo Conselho.

## **7. Pós-graduação**

O Conselho aprovou o “XVIII Curso de Pós-Graduação em Direito dos Valores Mobiliários (Ano Letivo 2103/2014)” e o respetivo Regulamento (Doc.16).

## **8. Revista da Faculdade**

O Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto circunstanciou os atuais problemas da Revista e, em particular, as dificuldades financeiras que atravessa. Sendo uma marca institucional, o Diretor da Faculdade destacou a necessidade de garantir a projeção e o reconhecimento internacionais da Revista. Manifestou assim o seu empenho na preparação de uma reforma, que se encontra em curso e sobre a qual o Conselho se pronunciará, de acordo com a competência que lhe é atribuída pelos Estatutos. A reforma contará com a colaboração da AAFDL e será previsivelmente implementada depois da eleição dos novos órgãos. O Professor David Duarte identificou algumas das causas dos problemas existentes e apresentou sugestões para a rápida concretização da reforma, a analisar por uma comissão a constituir. O Professor Miguel Moura e Silva subscreveu as propostas, salientando a necessidade de rejuvenescer o projeto da Revista e a urgência na implementação da reforma. O Presidente do Conselho agendará de novo este ponto da ordem de trabalhos.

## **9. Relatório de Autoavaliação**

O Presidente pediu aos membros do Conselho que se pronunciassem sobre o Relatório de Autoavaliação, oportunamente divulgado (Doc.17). Pronunciaram-se sucessivamente os

Professores Miguel Moura e Silva, Dário Moura Vicente, David Duarte, José Melo Alexandrino, José Duarte Nogueira e Vasco Pereira da Silva. O Conselho considerou que, não obstante constituir um documento valioso, o Relatório de Autoavaliação se apresenta ainda assim predominantemente descritivo e, em parte, incompleto, sugerindo uma revisão que proceda ao aditamento de alguns aspetos fundamentais como a componente crítica ou autoavaliativa propriamente dita; a valorização da produção científica da Faculdade; e da componente pedagógica; a definição de objetivos de gestão; os problemas e em geral os aspetos de organização; a atividade desenvolvida pelo Gabinete Erasmus e, em particular, o Mestrado Erasmus Mundus, coordenado pela Faculdade, e os Cursos Intensivos, que dão hoje origem a uma pós-graduação, podendo evoluir para um mestrado; e o tema da empregabilidade. Para o melhoramento do Relatório poderá recorrer-se também à informação que se encontra em relatórios enviados a outras entidades como a A3ES.

## **10. Relações internacionais**

O Professor Vasco Pereira da Silva, Coordenador do Gabinete Erasmus, apresentou ao Conselho o “Relatório de Atividades. Ano Letivo 2012/2013” (Doc.18) e, muito sumariamente, destacou o aumento do número de participantes no intercâmbio de docentes e de estudantes; o acréscimo dos protocolos celebrados e da participação em programas e redes de alunos e professores. Quanto ao Mestrado Erasmus Mundus, coordenado pela Faculdade, definiu como objetivo a sua divulgação e incremento. Se, no que diz respeito ao intercâmbio de docentes, a Faculdade é cada vez mais procurada por Professores estrangeiros, a saída de Professores portugueses defronta-se com dificuldades na atribuição de bolsas. O programa de Cursos Intensivos conheceu uma certa estabilização, aumentando o número de alunos inscritos e registando-se a experiência nova de integrar Professores da Faculdade, que terá continuidade durante este ano letivo. O Professor Vasco Pereira da Silva pediu a todos os Professores que comuniquem ao Gabinete Erasmus as respetivas atividades no estrangeiro, para divulgação no site da Faculdade. Referenciou a realização em Lisboa da cerimónia de entrega dos diplomas Erasmus Mundus; e a atribuição do Prémio Internacional Jacques Leroy 2012 a um aluno Erasmus Mundus Rouen/Lisboa. Deu ainda notícia do prémio atribuído pela ELFA (European Law Faculties Association) ao Doutor Fausto Vecchio, que em 2012 realizou as suas provas de doutoramento conjunto pela Universidade de Lisboa e pela Universidade de Granada. Informou depois o Conselho das diligências efetuadas no sentido de publicar os trabalhos do “Colóquio Internacional ‘Portugal, Europa e Globalização Jurídica’”, integrado na comemoração do Centenário da Faculdade. Finalmente, o Professor Vasco Pereira da Silva deu conhecimento da forma como decorreram as duas provas do Mestrado Erasmus Mundus realizadas em Lisboa e em cujos júris participou, com os Professores Bernd Oppermann, Luís Pereira Coutinho e Miguel Raimundo. O Conselho ratificou os júris das provas realizadas e delegou no Coordenador do Gabinete Erasmus a designação dos júris das provas de Mestrado Erasmus Mundus a realizar no corrente ano letivo.

O Presidente do Conselho agradeceu e saudou o Professor Vasco Pereira da Silva pelo amplo e prestigante trabalho realizado pelo Gabinete Erasmus.

## **11. Cooperação**

O Professor Dário Moura Vicente, Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica, começou por dar nota de que o Professor Cláudio Monteiro assumiu funções como Assessor Científico da Faculdade de Direito de Bissau, estando a sua integração a decorrer com normalidade. Apresentou ao Conselho a “Lista dos Professores Coordenadores da Faculdade de Direito de Bissau. Ano Letivo 2013/2014” (Doc.19) e deixou o seu agradecimento pelo trabalho que realizarão a título gracioso. Na véspera da viagem que o Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica realizaria a Moçambique, foi também distribuído a título informativo o documento com o levantamento das “Atividades de Cooperação com Instituições Moçambicanas. Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane. Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade do Zambeze (2007/2013)” (Doc.20), de que constam as atividades asseguradas por docentes da Faculdade; o número de alunos nos vários ciclos de estudos; o número de alunos que obtiveram o grau de Mestre; e o investimento efetuado. Finalmente, o Professor Dário Moura Vicente submeteu ao Conselho o “I Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Empresariais em colaboração com a Faculdade de Direito Eduardo Mondlane (Maputo) 2014” (Doc.21) e o “IV Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas em colaboração com a Faculdade de Direito Eduardo Mondlane (Maputo) 2014” (Doc.22), que foram aprovados.

O Professor Fernando Araújo, Presidente do Instituto do Direito Brasileiro, informou o Conselho da forma como decorreu o Congresso Luso-Brasileiro de Direito Constitucional, que decorreu entre 7 e 11 de outubro, destacando o aprofundamento das relações com alguns dos melhores Professores brasileiros e brilhantismo das suas palestras. Informou depois brevemente o Conselho da intensificação da atividade do Instituto programada até maio, registando o gesto de solidariedade dos Colegas brasileiros que participarão nos eventos sem qualquer custo para a Faculdade. Finalmente, manifestou a imediata disponibilidade para submeter a Revista do Instituto do Direito Brasileiro aos parâmetros e orientações editoriais que serão definidos para a Revista da Faculdade.

O Professor Dário Moura Vicente saudou o Professor Fernando Araújo que considerou credor do apreço do Conselho pelo sucesso do Congresso, assinalando a presença do Professor Doutor Michel Temer, Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, e as notáveis intervenções aí registadas.

O Presidente do Conselho secundou as felicitações dirigidas ao Presidente do Instituto do Direito Brasileiro.

## **12. Pessoal**



O Conselho designou os Professores Doutores Carlota Pizarro de Almeida, Luís Pereira Coutinho e Lurdes Pereira para lecionarem, respetivamente, as unidades curriculares de Direito Processual Penal, Ciência Política e Direito Constitucional, e Direito do Ambiente na Academia Militar, no âmbito do Protocolo existente entre esta instituição e a Faculdade.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que o Professor Doutor Vasco Pereira da Silva solicita autorização para acumular funções docentes com a Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, ao abrigo do Protocolo existente as duas instituições, lecionando a cadeira de Direito Administrativo A.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que a Professora Doutora Maria João Estorninho solicita autorização para acumular funções docentes com a Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, ao abrigo do Protocolo existente as duas instituições, lecionando a cadeira de Direito Administrativo B e C.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que o Professor Doutor Carlos Manuel Batista Lobo solicita autorização para acumular funções docentes com o ISCAL, onde lecionará no curso de Mestrado.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que o Professor Doutor João Espírito Santo Noronha informa que deixou de exercer funções na Autoridade da Concorrência, razão pela qual cessou a causa da suspensão do serviço docente, e solicita a suspensão do processamento do vencimento da Faculdade, se e quando o subsídio de compensação requerido nos termos do art. 19.º, n.º 2, da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, vier a ser deferido, de que dará oportuna informação.

O Conselho tomou conhecimento do requerimento em que o Professor Doutor Gustavo Lopes Courinha informa que desde 1 de fevereiro de 2013 deixou de desempenhar funções na Secretaria de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, a título de Adjunto do Secretário de Estado.

O Conselho tomou conhecimento do requerimento em que a Professora Doutora Susana Videira Branco solicita autorização para exercer a título de acumulação as funções de Diretor-Geral da Política de Justiça. O Conselho deliberou pedir à Reitoria para se pronunciar sobre o requerimento apresentado.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que o Professor Doutor Jaime Leitão do Valle solicita autorização para acumular funções docentes com as funções de Assessor Jurídico da Presidente da Assembleia da República.



O Conselho deferiu o requerimento em que a Doutora Ana Margarida Pires Seixas, tendo prestado provas de doutoramento, requer a sua contratação como Professora Auxiliar.

O Conselho deferiu o requerimento em que a Doutora Maria de Lurdes Viegas Marques Pereira, tendo prestado provas de doutoramento, requer a sua contratação como Professora Auxiliar.

O Conselho deferiu o requerimento em que o Doutor Domingos Miguel Soares Farinho, tendo prestado provas de doutoramento, requer a sua contratação como Professor Auxiliar.

O Conselho deferiu o requerimento em que a Doutora Ana Gouveia e Freitas Martins, tendo prestado provas de doutoramento, requer a sua contratação como Professora Auxiliar.

O Conselho deferiu o requerimento em que o Doutor Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde, tendo prestado provas de doutoramento, requer a sua contratação como Professor Auxiliar.

O Conselho deferiu o requerimento em que Isabel Alexandra Botelho Vieira Borges, tendo entregado a dissertação de doutoramento, pede a prorrogação do seu contrato até à realização das respetivas provas.

O Conselho deferiu o requerimento em que Ana Isabel Cruz Soares Pinto, tendo entregado a dissertação de doutoramento, pede a prorrogação do seu contrato até à realização das respetivas provas.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que Pedro Brito Veiga Moniz Lopes, que se candidatou a uma bolsa de investigação para doutoramento junto da Fundação para a Ciência e Tecnologia, solicita a contratação, para o ano letivo de 2013/2014, em regime de tempo parcial de 30%.

Considerando a deliberação de 23 de janeiro de 2013, que deferiu a prorrogação do contrato de Fabrícia Viana Fernandes de Almeida Henriques, por forma a colaborar com a equipa da Universidade Eduardo Mondlane até ao termo do ano letivo, o Conselho deliberou que a prorrogação se deve entender até ao termo do ano letivo na instituição onde presta serviço, ou seja, até dezembro de 2013.

O Conselho adiou a apreciação do requerimento em que Sónia Santos Viana pede a prorrogação do seu contrato por um biénio.

O Presidente do Conselho cumprimentou todos os presentes e deu por terminada a reunião pelas 18.30h.

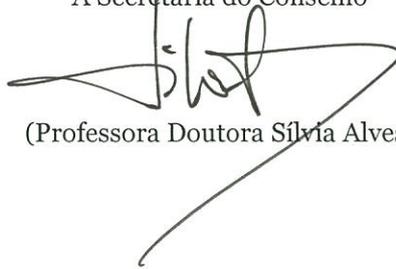


O Presidente do Conselho

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro Romano Martinez', with a long horizontal flourish extending to the right.

(Professor Doutor Pedro Romano Martinez)

A Secretária do Conselho

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Sílvia Alves', with a large, sweeping flourish that extends downwards and to the right.

(Professora Doutora Sílvia Alves)



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Exmo(a). Senhor(a)

Prof.(a) Doutor(a)

Tenho a honra de convidar V. Exa. para a Reunião do Conselho Científico, que terá lugar no próximo dia 16 de outubro, quarta-feira, às 15h, na sala do Conselho Científico, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Reforma dos mestrados e doutoramentos;
3. Novo regime de doutoramentos;
4. Doutoramento e pós-doutoramento:
  - a) Admissão a doutoramento e pós-doutoramento;
  - b) Constituição de júris;
5. Mestrado (constituição de júris);
6. Regras relativas à reprodução de textos em teses;
7. Pós-graduação;
8. Revista da Faculdade;
9. Relatório de Auto-avaliação;
10. Relações internacionais;
11. Cooperação;
12. Pessoal.

Lisboa, 9 de outubro de 2013

O Presidente do Conselho Científico

Pedro Romano Martinez



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Despacho conjunto

do Diretor e do Presidente do Conselho Científico

da Faculdade de Direito

Tendo por base o Despacho do Senhor Reitor da Universidade de Lisboa n.º 12088/2013, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 20 de setembro, que comete ao Diretor da Faculdade de Direito as funções de designar júris de provas de doutoramento, júris de equivalência ao grau de doutor e júris de reconhecimento ao grau de doutor, e assentando na distribuição de competências constante dos Estatutos desta Faculdade, determina-se que as designações de júris referidas incumbem ao Presidente do Conselho Científico.

Lisboa, 24 de setembro de 2013

O Diretor

Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto

O Presidente do Conselho Científico

Prof. Doutor Pedro Romano Martinez

Sempre-me, e seguintes orientações do estípi de país - doutramente lendo a obra pelo Doutor Tarcelo José da galhaes Bonício, emitir parecer sobre o Relatório entregue, bem como sobre as atividades de investigação desenvolvidas.

O Doutor Tarcelo Bonício realizou uma investigação sobre "Forma e formalismo no Regime Processual Civil Experimental português." Interferiu-me, neste momento de mudanças profundas do regime processual civil brasileiro, os resultados obtidos, bem como a sua importância para o nosso país para uma intensificação da ciência e civilização

procedimental.

Durante a sua permanência em Porto  
fz, o Doutor Nando Bonifazi ESR e eu  
mantivemos permanente com o juiz de Di-  
retos DR Subo Ramos de Faro, magistres-  
do laborado em meu ~~da~~ tribunais que  
apli com o RPE. Este contacto permitiu-  
-nos obter dados empíricos e a experi-  
-ência pessoal de um juiz directamente im-  
-plicado na concretização deple no ppe

As actividades e as conclusões a que  
a sua investigação conduziu foram, cpi-  
-re, do relatório submetido e conselho  
-cratífico. Tratou-se, em termos parciais, de  
trabalho sério, após resultados, sendo  
-vã tidos, podem ter repercussão no de-  
-senvolvimento do novo sistema processual  
civil brasileiro.

Por não ter sido preparado as folhas  
a conclusão de título de pós-doutor ao  
Doutor Marcelo Bonini, mais prou-  
do por o seu trabalho ser anterior ao  
de Inês de Tuiça Boni.

Lisboa, 17 de julho 2015



UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE DIREITO  
ENTRADA  
Em 17/09/2013  
DW

1. 2. 3. 4.

Answer

Double Barrels Boreals

Paula Colme die



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Doc. 4

1/3  
DF

3 de Outubro de 2013

Exmo. Senhor  
Presidente do Conselho Científico da  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa,

A Prof.<sup>a</sup> Doutora Valéria Silva Galdino Cardin terminou recentemente os trabalhos do programa de Pós-Doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a que tinha sido admitida, sob a minha orientação, por deliberação do Conselho Científico de 15 de Dezembro de 2010.

A Pós-Doutoranda (cujo currículo integral pode ser consultado em cv: <http://lattes.cnpq.br/8121501433418182>) obteve o Mestrado em Direito e o Doutoramento em Direito Civil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, exercendo presentemente funções de professora de Direito em duas instituições de ensino superior situadas no Estado brasileiro do Paraná (Universidade Estadual de Maringá e Centro Universitário de Maringá), quer na licenciatura, ou graduação, quer no mestrado. Tem-se dedicado ao ensino e à investigação do Direito Civil, privilegiando os temas do exercício conjunto das responsabilidades parentais, ou guarda compartilhada, da adopção internacional, da responsabilidade civil no Direito da Família, da responsabilidade civil do médico, da reprodução assistida e dos direitos da personalidade. A respectiva produção bibliográfica jurídica compreende, nomeadamente, dois livros, 25 artigos publicados em periódicos e 19 capítulos em obras colectivas, além da organização de uma obra colectiva.

Entre o momento de admissão ao programa de Pós-Doutoramento e o momento de conclusão, a Prof.<sup>a</sup> Doutora Valéria Silva Galdino Cardin desenvolveu uma actividade constante, séria e de mérito, procurando manter um diálogo profundo com o Orientador por correio electrónico (com numerosa troca de impressões e envio de anexos) e por contacto presencial (propiciado por um encontro no Brasil, na sequência de um evento científico que se realizou em Maringá em Abril de 2012, e



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

2/3  
JD

por cinco deslocações da Orientanda a Portugal, para efeitos de Pós-Doutoramento, que ocorreram em Janeiro de 2011, 2012 e 2013 e em Julho de 2011 e 2012).

No período relativo ao Pós-Doutoramento, assinala-se a publicação de um livro da Senhora Doutora (*Dano moral no Direito de Família*, São Paulo, Saraiva, 2012), a organização de outro (igualmente publicado), a publicação de quatro capítulos em obras colectivas e a elaboração de cinco artigos enviados para publicação (e já aceites pelo corpo editorial dos periódicos destinatários).

Dentro do mesmo período, a Prof.<sup>a</sup> Doutora Valéria Silva Galdino Cardin interveio ainda em vários eventos científicos, importando referir a comunicação “Responsabilidade civil entre cônjuges”, apresentada em 16 de Janeiro de 2013, no âmbito do Simpósio internacional “Os direitos da pessoa humana e sua protecção nos Direitos Português e Brasileiro”, que se realizou na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Conforme o que foi estabelecido entre o Orientador e a Senhora Doutora, ao abrigo das regras que vigoravam no momento de admissão, a peça central do programa de Pós-Doutoramento corresponde a uma monografia, intitulada “Da vulnerabilidade do filho oriundo da reprodução humana assistida em decorrência da ausência de parentalidade responsável”.

A monografia foi enviada em Julho de 2013, em papel e em suporte informático, para o Orientador e para o Gabinete de Estudos Pós-Graduados da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que já registou a respectiva entrada.

O rosto da monografia afirma que se trata de “Tese de Pós Doutorado apresentada à Universidade de Lisboa – Faculdade de Direito, como requisito para a obtenção do título de Pós-Doutora em Direito, sob a orientação do Professor Doutor Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro”.

A tese compreende 224 páginas, incluindo capa, rosto, dedicatória, agradecimentos, resumo em português e em inglês, citação sobre o embrião, lista de abreviaturas, sumário, três capítulos (com 735 notas de rodapé), conclusão e bibliografia (com cerca de 650 entradas).

O texto elege como tema “a responsabilidade civil pelos danos oriundos da má



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

utilização das técnicas de reprodução humana assistida ou pelo comportamento negligente da mãe durante o período gestacional” (cf. resumo), matéria pertinente, complexa e controversa tanto no ordenamento brasileiro como no ordenamento português.

Tomando como ponto de partida o Direito brasileiro, a análise traça também um paralelo informativamente rico com o Direito português ao longo de três capítulos (I, “Do direito à realização do planeamento familiar e do exercício da parentalidade responsável”; II, Das técnicas de reprodução humana assistida e da vulnerabilidade do embrião”; III, “Da responsabilidade civil dos pais por danos materiais e morais frente à vulnerabilidade do embrião até ao nascimento”).

No desenrolar de uma pesquisa em que avulta a preocupação de considerar “todas as situações em que potencialmente podem ocorrer danos materiais e morais em relação ao embrião *in vitro* e ao nascituro, em decorrência da reprodução humana assistida, por negligência ou imprudência da mãe durante a gestação, quando não houver sido prestada pelo pai a devida assistência moral e material” (cf. introdução, p. 11), torna-se clara a preparação da Autora em áreas que vão desde o Direito da Família ao Direito das Obrigações, passando pelo Direito Constitucional e pelo Direito da Bioética.

A monografia, reflexo do perfil dinâmico e empenhado da Senhora Doutora, legitima um juízo abertamente favorável à actividade materializada no quadro do programa de Pós-Doutoramento.

Assim sendo, entendo que a Prof<sup>a</sup>. Doutora Valéria Silva Galdino Cardin mostrou ser merecedora de aprovação no programa de Pós-Doutoramento, pelo que proponho a **classificação final de MUITO BOM** (16 valores em 20).

Com cordiais saudações académicas,

(Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro)

Júris a submeter ao Conselho Científico de 16/10/2013  
MESTRADO EM Ciências Jurídico-Ambientais (M. Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Sarah Rosignoli de Souza	“Os efeitos do ato Administrativo no crime de poluição: uma perspectiva Luso-Brasileira”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes (presidente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof.ª Doutora Alexandra Leitão Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida (arguente)

Júris a submeter ao Conselho Científico de 16/10/2013  
MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FISCAL (M. Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Gabriel Ambrosio Umabano	“A Tributação do Investimento Estrangeiro na Guiné-Bissau”	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado	Prof. Doutora Ana Paula Dourado (Presidente e orientadora) Prof. Doutor Guilherme W. D'Oliveira Martins (arguente) Prof. Doutor Carlos Lobo Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos

Júris a submeter ao Conselho Científico de 16/10/2013  
MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS (M. Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Suely Odete Moreira Arcanjo	“Investimento Privado Estrangeiro em Angola à Luz da ANIP”	Prof. Doutor Luis Morais	Prof. Doutor Januário Costa Gomes (presidente) Prof. Doutor Luis Morais (orientador) Prof. Doutor José Renato Gonçalves (vogal) Prof. Doutor Guilherme D'Oliveira Martins (arguente)

Júris a submeter ao Conselho Científico de 16/10/2013  
MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES (M. Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Sérgio Miguel Roque Martins Gomes	“Da intimação para a protecção de direitos, liberdades e garantias no contencioso administrativo português”	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (presidente e orientador) Prof. Doutor Luis Pereira Coutinho (vogal) Prof. Doutor Alexandre de Sousa Pinheiro (arguente)

Júris a submeter ao Conselho Científico de 16/10/2013  
 MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (M. Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Flávia Margarida de Machado e Ferreira	"O Direito Internacional Nuclear e a Protecção do Ambiente"	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes (orientadora) Prof. Doutor Rui Fonseca (arguente)
Nuno Miguel Lisboa Duarte	"Conflitos Armados Internos: Em especial a Intervenção Humanitária"	Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista (orientador) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (arguente)

Júris a submeter ao Conselho Científico de 16/10/2013  
 MESTRADO EM DIREITO Administrativo (M. Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ana Cláudia dos Santos Mendez	"Pareceres vinculativos. Considerações em torno da admissibilidade da impugnação dos pareceres obrigatórios e vinculativos"	Prof. Doutor David Duarte	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente e arguente) Prof. Doutor David Duarte (orientador) Prof. Doutor Domingos Farinho
Bruno Miguel Lopes Rica	"Meios alternativos de resolução de litígios administrativos "	Prof.ª Doutora Alexandra Leitão	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (presidente) Prof. Doutor José Melo Alexandrino (arguente) Prof.ª Doutora Alexandra Leitão (orientadora)
Carla Sofia Rodrigues Neto de Sá	"A acção popular ao Serviço da Tutela de interesses difusos: Breve Estudo"	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes	Prof.ª Doutora Maria João Estorninho (presidente) Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes Prof. Doutor Alexandre de Sousa Pinheiro (arguente)

Júris a submeter ao Conselho Científico de 16/10/2013  
MESTRADO EM DIREITO Administrativo (M. Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Carla Isabel dos Santos Dias	“Erros e omissões no Contrato de empreitada no âmbito do Código dos Contratos Públicos”	Prof.ª Doutora Maria João Estorninho	Prof.ª Doutora Maria João Estorninho (presidente e orientadora) Prof. Doutor Luis Pereira Coutinho Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (arguente)
Carlos Manuel de Sousa Cupertino	“Pareceres vinculativos da Administração Pública”	Prof.ª Doutora Alexandra Leitão	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof.ª Doutora Alexandra Leitão (orientadora) Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (arguente)

**Solicitação de alteração de Júri**  
**MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS**  
**Composição Original (Conselho Científico 16/10/2013)**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Catarina Mafalda Ferreira de Castro Athayde Rebelo	“Os maus tratos infantis na jurisdição criminal- Trajetórias desenvolvimentais: prevenção, intervenção precoce e necessidade de articulação”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof. Doutor João Curado Neves (arguente) Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira (vogal)

**ESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS**  
**Composição Solicitada (Conselho Científico 16/10/2013)**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Catarina Mafalda Ferreira de Castro Athayde Rebelo	“Os maus tratos infantis na jurisdição criminal- Trajetórias desenvolvimentais: prevenção, intervenção precoce e necessidade de articulação”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira (arguente) Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida (vogal)

**Solicitação de alteração de Júri**

MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO

Composição Original (Conselho Científico 16/10/2013)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Tiago Alexandre da Silva Mateus	“O novo paradigma da regulação e supervisão do sistema financeiro na União Europeia - O caso das Agencias de Notação de Risco”	Prof. Doutor Luis Morais	Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira (presidente) Prof. Doutor Luis Moraes Prof. Doutor José Renato Gonçalves (orientador) Prof. Doutor Paulo Pardal Morcela (arguente)

MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO

Composição Solicitada (Conselho Científico 16/10/2013)

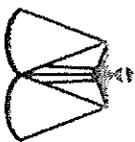
Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Tiago Alexandre da Silva Mateus	“O novo paradigma da regulação e supervisão do sistema financeiro na União Europeia - O caso das Agencias de Notação de Risco”	Prof. Doutor Luis Morais	Prof.ª Doutora Maria João Estorninho (presidente) Prof. Doutor Luis Moraes Prof. Doutor José Renato Gonçalves (orientador) Prof. Doutor Paulo Pardal Morcela (arguente)

Mestrados  
 Candidaturas à 2.ª fase do mestrado – preparação da dissertação  
 Mestrados com parte curricular concluída  
 Pedidos extemporâneos  
 (Reunião do C.C. 16.10.2013)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Orientador(a)	Curso	Tipo	Prazo normal <sup>est</sup>	Prazo fixado entrega da dissertação pelo C.C. (*)	Data do pedido
12345999	ANTÓNIO MANUEL CHAÇO SOARES	Efeito da regulação bancária na Banca Portuguesa	MIGUEL JOSE PINTO TAVARES MOURA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS	Profissionalizante Pré-Bolonha	17.05.2013	26.06.2014	23.09.2013
12345885	JOANA MARGARIDA PESTANA SIMÕES LOPES DIONÍSIO	Os Princípios Jurídicos que regem a Atuação Externa Da União Europeia e o potencial conflito com a questão do auxílio aos refugiados ambientais	MARIA JOSÉ REIS RANGEL MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Profissionalizante Pré-Bolonha	17.05.2013	26.06.2014	22.08.2013
2010063	MARIA CATARINA GOMES MARQUES VIEIRA	A reorganização administrativa territorial autárquica - o papel da freguesia no poder local	CLAUDIO RAMOS MONTEIRO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO	Profissionalizante Pré-Bolonha	17.05.2013	26.06.2014	27.05.2013
21534	MARIA DE FÁTIMA PINTO RIBEIRO LAMY	Sociedades coligadas: responsabilidade dos administradores	MANUEL JANUARIO COSTA GOMES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS	Profissionalizante Pros-Bolonha	20.12.2012	05.03.2014	14.10.2013

(\*) Prazo de entrega da dissertação aprovado em C.C dos mestrados do mesmo grupo e ano letivo.

Versão do documento: 15.10.2013



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

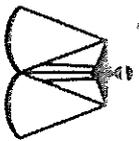
Doc. 14

## Requerimentos

*Reunião do Conselho Científico de 16 de outubro de 2013*

- Pedidos de alteração do tema de dissertação de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Novo tema dissertação proposto	Professor Orientador designado
FABIANA DE ANDRADE LIMA CHAVES (N.º 21666) - MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS FUNDAMENTAIS	23.08.2013	A relação jurídica entre o direito do MERCOSUL e o Direito Interno do Brasil	A relação jurídica entre o direito do Mercosul e o direito interno do Brasil	Prof.ª Doutora Ana Fernanda Neves
MARINA SOFIA MARQUES MENDES (N.º 16672) - MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FISCAL	11.09.2013	Os prejuízos fiscais nas pessoas coletivas e a consideração das despesas nas pessoas singulares, no âmbito da união europeia	O tratamento dos prejuízos fiscais: numa perspetiva do Direito da União Europeia e do Direito Nacional	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado*
CAMILA DIAS MARQUES (n.º 21576) - MESTRADO EM DIREITO	20.09.2013	Sanções Administrativas Ambientais	Sanções contra- ordenacionais ambientais –	Prof.ª Doutora Carla Amado



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS			contributo para uma definição principiológica e categorial	Gomes*
---	--	--	--	--------

\*Os requerentes indicam concordância/recomendação do Professor Orientador no sentido da alteração solicitada

## Propostas de deliberação em matéria de cópia e plágio

### Proposta n.º 1

#### Cópia e plágio *a priori* de dissertação ou tese

No caso de suspeição por parte de um docente ou membro de júri de provas académicas da prática de cópia e/ou plágio, independentemente da sua extensão, numa dissertação (ou equivalente) ou tese deve o mesmo informar respetivamente o Presidente do júri, sendo consultados todos os jurados para uma avaliação da sua pertinência, gravidade e possíveis repercussões académicas.

Se resultarem desta consulta indícios razoáveis de cópia e/ou plágio, o Presidente do júri deve informar e convocar o candidato para esclarecimentos e defesa perante o júri que o indiciou, procurando tanto quanto possível não identificar o denunciante e manter o processo em sigilo.

Após a audição do candidato, o júri pode decidir pela aceitação, recomendação de reformulação parcial ou total com possibilidade de penalização em termos de classificação ou recusa com conseqüente reprovação no ciclo de estudos respetivo. A decisão, devidamente fundamentada e tomada por maioria, deve ser reduzida a escrito, assinada pelo júri, comunicada ao aluno e arquivada junto dos serviços académicos com cópia para o Conselho Científico, Conselho Pedagógico e Diretor, num prazo máximo de quinze dias úteis.

As decisões tomadas não prejudicam a responsabilidade disciplinar, civil e criminal pela cópia e/ou plágio.

## **Proposta n.º 2**

### **Cópia e plágio *a posteriori***

No caso de suspeição de cópia e/ou plágio *a posteriori*, isto é após a dissertação (ou equivalente) ou tese em causa ter sido alvo de avaliação e de classificação final, deve a denúncia ser encaminhada, em termos de avaliação académica, para o Conselho Científico.

O Conselho Científico deve constituir uma comissão independente para avaliar a questão, podendo nomeadamente ouvir todos os envolvidos. A decisão, devidamente fundamentada e tomada por maioria, deve ser reduzida a escrito, assinada pela comissão, comunicada ao aluno com cópia para o Conselho Pedagógico e Diretor e arquivada junto do Núcleo de Formação Pós-Graduada, num prazo máximo de sessenta dias úteis.

As decisões tomadas terão a relevância dos regimes disciplinar, civil e criminal que forem aplicáveis, e poderão determinar a retirada dos exemplares existentes da dissertação (ou equivalente) ou tese da Biblioteca da Faculdade.

## **Proposta n.º 3**

### **Cópia ou plágio de relatórios de Mestrado ou Doutoramento**

No caso de suspeição por parte de um docente da prática de cópia e/ou plágio, independentemente da sua extensão, num relatório de Mestrado ou Doutoramento, pode o mesmo decidir classificá-lo ou rejeitá-lo, devendo ouvir previamente o aluno.

Perante uma decisão de classificação negativa ou rejeição, deve o docente informar o Professor Coordenador dos Estudos Pós-Graduados e o Núcleo de Formação Pós-Graduada, e, neste caso, o relatório não deve ser encaminhado para a Biblioteca da Faculdade.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa



Instituto dos Valores Mobiliários

Dec.16

## XVIII CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

### DOS VALORES MOBILIÁRIOS

(ANO LECTIVO 2013/2014)

- Out. 15 - Instrumentos financeiros, valores mobiliários e depósitos  
**Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida**  
(Professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa)
- 29 – Sociedade aberta: qualificação e efeitos  
**Professora Doutora Ana Perestrelo de Oliveira**  
(Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)
- Nov. 5 - Instrumentos financeiros derivados  
**Dr<sup>a</sup> Carla Cabrita**  
(Economista no Departamento de Análise de Operações e Investigação da CMVM)
- 12 – Ofertas públicas  
**Dr. António Soares**  
(Advogado – LINKLATERS)
- 19 – *Capital Requirements Directive* (CRD) IV: melhor capital, maior estabilidade?  
**Dr. José Belles Rosas**  
(Coordenador de Área no Departamento de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal)
- 26 – Financiamento mediante emissão de obrigações: tendências e desafios  
**Mestre Hugo Moredo Santos**  
(Advogado – VIEIRA DE ALMEIDA & Associados)
- Dez. 3 – Posições económicas longas e posições líquidas curtas  
**Carlos Torroaes de Albuquerque**  
(Director Geral do Millennium BCP)

- 10 – Directiva dos Prospectos: modificação e transposição  
**Dr. Juliano Ferreira**  
(Jurista no Departamento de Supervisão de Mercados, Emitentes e Informação da CMVM)
- 17 – Operações de saída de mercado  
**Mestre José Pedro Fazenda Martins**  
(Of Counsel da área de Mercado de Capitais na VIEIRA DE ALMEIDA & Associados)
- Jan. 7 – Práticas e políticas remuneratórias  
**Professor Doutor Pedro Maia**  
(Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra)
- 14 – A responsabilidade dos administradores das sociedades abertas  
**Professor Doutor Luís Menezes Leitão**  
(Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)
- 21 – Abuso de mercado: desenvolvimentos recentes  
**Mestre Helena Bolina**  
(Directora do Departamento Jurídico e de Contencioso da CMVM)
- 28 – Reestruturações, oportunidades e capital de risco  
**Mestre Jorge Brito Pereira**  
(Advogado – PLMJ)
- Fev. 4 – A Directiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros: implicações da sua revisão  
**Professor Doutor Luis Guilherme Catarino**  
(Director Adjunto do Departamento de Supervisão da Intermediação e Estruturas de Mercado da CMVM)
- 18 – Swaps de taxas de juro  
**Mestre João Labareda**  
(Director Coordenador de Assuntos Institucionais e Cumprimento do Grupo Santander em Portugal)
- 25 – A Directiva relativa aos gestores de fundos de investimentos alternativos (*Alternative Investment Fund Managers - AIFM*)  
**Mestre Maria João Tomé**  
(Docente na Escola de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto)

- Mar. 11 – Produtos financeiros complexos: mais informação, melhor informação?  
**Professor Doutor Carlos Alves**  
(Membro do Conselho Directivo da CMVM)
- 18 – *Financial Transaction Tax*  
**Professor Doutor José Casalta Nabais**  
(Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra)
- 25 – O papel e a função das autoridades de supervisão e modelos de supervisão  
**Professor Doutor Pedro Gonçalves**  
(Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra)
- Abr. 1 – Liquidação através da Interbolsa, Euroclear e Clearstream  
**Dr<sup>a</sup> Helena Teixeira Lopes**  
(Jurista da INTERBOLSA)
- 8 – A notação do risco perante os desenvolvimentos do direito comunitário  
**Professor Doutor Manuel Carneiro da Frada**  
(Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Porto)
- 22 – Gestão de carteira  
**Dr. José Manuel Faria**  
(Jurista na Associação Portuguesa de Bancos)
- 29 – Governo das sociedades cotadas: situação actual e perspectivas de evolução  
**Mestre Paulo Câmara**  
(Advogado – SÉRVULO & Associados)
- Maio 6 – Medidas de intervenção na gestão das instituições de crédito e das sociedades financeiras  
**Dr. Pedro Machado**  
(Director Adjunto do Departamento de Supervisão Prudencial do Banco de Portugal)
- 13 – Prestação de informação privilegiada por sociedades cotadas  
**Mestre Gabriela Figueiredo Dias**  
(Assessora do Conselho Directivo da CMVM)



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa



Instituto dos Valores Mobiliários

20 – Prova e legalidade nos processos de contra-ordenação:  
desenvolvimentos dos últimos anos

**Professor Doutor Frederico da Costa Pinto**

(Assessor do Conselho Directivo da CMVM/Professor da Faculdade de  
Direito da Universidade Nova de Lisboa)

27 – MIBEL: desenvolvimentos e desafios

**Mestre Rui de Oliveira Neves**

(Director do Departamento Jurídico da GALP Energia)

Jun. 3 – Arbitragem no direito dos instrumentos financeiros

**Professora Doutora Paula Costa e Silva**

(Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

17 – Problemas concorrenciais suscitados por privatizações,  
recapitalizações e outras concentrações

**Dr. Carlos Pinto Correia**

(Advogado – LINKLATERS)

24 – Valores mobiliários, garantias financeiras e aplicação da lei no  
espaço

**Professora Doutora Maria Helena Brito**

(Professora da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa)



Instituto dos Valores Mobiliários

## REGULAMENTO DO XVIII CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

**ANO LECTIVO 2013-2014**

### ARTIGO 1º

#### **Destinatários**

1. O presente Regulamento aplica-se aos candidatos ao 18º curso de Pós-Graduação em Direito dos Valores Mobiliários.
2. O número de inscritos é limitado ao número de vagas existente.

### ARTIGO 2º

#### **Candidatura e inscrição**

1. O prazo de candidatura decorrerá até ao dia 30 de Setembro de 2013, devendo os candidatos instruir as respectivas candidaturas com fotocópia do certificado de licenciatura, curriculum vitae, fotocópia do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte ou do cartão de cidadão e preencher uma ficha de candidatura com dados pessoais.
2. A lista de candidatos admitidos à frequência do curso será divulgada na Secretaria do IVM, no dia 1 de Outubro de 2013.
3. As inscrições decorrerão entre os dias 1 e 11 de Outubro de 2013.
4. A inscrição para frequência de sessões isoladas deverá ser realizada até à véspera da sessão a que se pretenda assistir.

### ARTIGO 3º

#### **Seleção dos candidatos**

1. É necessário o grau mínimo de licenciatura para a frequência do curso com avaliação.
2. Em caso de excesso de candidaturas face ao número de vagas, os candidatos serão graduados em função dos dados curriculares considerados relevantes, nomeadamente da classificação final obtida na licenciatura.

## ARTIGO 4º

### Modalidades de participação

1. Os alunos poderão optar por uma das seguintes modalidades de participação:
  - a) frequência de sessões isoladas;
  - b) simples frequência das sessões;
  - c) frequência das sessões com avaliação final.
2. A frequência com avaliação final dará direito à emissão de um certificado de Pós-Graduação em "Direito dos Valores Mobiliários", desde que o aluno, tenha estado presente em pelo menos 80% das sessões e obtenha classificação igual ou superior a 10 valores.
3. Caso o aluno opte pelo sistema de frequência com avaliação e não obtenha a classificação mínima de 10 valores, poderá requerer a emissão de um certificado de presença.
4. De igual modo, a simples frequência sem avaliação dará direito à emissão de um certificado de presença, desde que o aluno tenha tido uma frequência de pelo menos 80% das sessões.
5. Não são admitidas justificações de faltas.
6. A ultrapassagem do número permitido de faltas não isenta o discente da liquidação do valor total do curso, nem lhe dá direito a reembolso pelo valor das sessões não assistidas.

## ARTIGO 5º

### Horário das sessões e controlo das presenças

1. O curso é composto por sessões semanais, realizadas à terça-feira, das 18h30m às 20h30m.
2. No início de cada sessão e até às 19h00m, far-se-á o registo da presença do aluno.

Ao aluno que chegue depois das 19.00 horas, independentemente do motivo na origem do seu atraso, será marcada falta.

## ARTIGO 6º

### Avaliação

1. O regime de avaliação consistirá na apresentação de trabalho escrito individual sobre um dos temas tratados nas sessões. Este poderá não corresponder ao título de uma sessão mas terá que dizer respeito a um tema abordado durante o curso e com relevância no âmbito dos valores mobiliários.
2. O trabalho escrito para avaliação será entregue ao orador da sessão a que diga respeito.
3. O trabalho escrito, a entregar (por portador ou por correio) até ao trigésimo dia posterior ao encerramento das sessões, deverá ser acompanhado de cópia em papel e em suporte informático.

4. O trabalho escrito não está sujeito a quaisquer regras que não as anteriores e a de ser obrigatoriamente original.
5. O discente poderá consultar trabalhos não anotados, entregues no âmbito de cursos anteriores.

#### ARTIGO 7º

##### **Preços e formas de pagamento**

1. O preço de sessão isolada é de € 55,00
2. O preço da candidatura é de € 50,00
3. O preço da inscrição no curso é de € 1.200,00
4. **Os preços referidos nos números 1 a 3 serão acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.**
5. O pagamento da inscrição no curso pode ser fraccionado em duas partes iguais, sendo a primeira entregue no acto da inscrição e a segunda durante o mês de Fevereiro de 2014.
6. Os associados do IVM, os antigos alunos de cursos de Pós-Graduação do IVM e os antigos alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa terão direito a um desconto de 10% nos preços indicados.

#### ARTIGO 8º

##### **Casos omissos**

Qualquer caso omissos será resolvido pela Direcção do Instituto dos Valores Mobiliários.



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO**  
**2011/2012**

LISBOA

15 de julho de 2013

**I. Considerações Iniciais**

**II. Dados da Instituição**

**III. Ensino/Aprendizagem**

**IV. Investigação e Desenvolvimento**

**V. Relações com o Exterior e Internacionalização**

**VI. Sistemas de Informação e de Gestão**

**VII. Conclusões**

## **I. Considerações Iniciais**

O Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior (Lei nº 38/2007, de 16 de Agosto) impõe, quer aos estabelecimentos de ensino superior quer às unidades orgânicas que os compõem, a criação de sistemas de autoavaliação da qualidade.

Nos termos da lei, a avaliação da qualidade obedece aos princípios da obrigatoriedade, periodicidade e participação alargada, devendo incidir sobre os seguintes aspectos: ensino ministrado, qualificação do corpo docente, atividade científica, relações externas, organização e gestão, instalações e equipamentos, e ação social.

No quadro da estratégia de melhoria contínua da qualidade da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e no contexto do processo de avaliação externa em curso, conduzido pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), afigura-se relevante coligir e sistematizar informações que contribuam para aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento da Faculdade e para sustentar reflexões e propostas de intervenção.

O relatório ora apresentado foi, no essencial, elaborado a partir de informação recolhida junto dos órgãos, serviços e outras estruturas institucionais da Faculdade. A Comissão vem, por esta via, expressar o seu agradecimento a todos os que tornaram possível a recolha da informação usada neste documento.

O presente relatório tem como âmbito a análise do ano lectivo de 2011/2012, sendo pontualmente referenciados dados relativos a outros anos quando se afigure importante evidenciar tendências evolutivas.

## II. Dados da Instituição

### 1. A Faculdade e a Universidade de Lisboa

A FDUL é uma unidade orgânica de ensino e investigação integrada na Universidade de Lisboa (ULisboa)<sup>1</sup>, resultante da fusão das Universidades de Lisboa e Técnica de Lisboa<sup>2</sup>.

A ULisboa compreende 18 unidades orgânicas:

*(Quadro 1) Unidades orgânicas da ULisboa*

Faculdade de Arquitectura	Faculdade de Psicologia
Faculdade de Belas-Artes	Instituto de Ciências Sociais
Faculdade de Ciências	Instituto de Educação
Faculdade de Direito	Instituto Geografia e Ordenamento do Território
Faculdade de Farmácia	Instituto Superior de Agronomia
Faculdade de Letras	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Faculdade de Medicina	Instituto Superior de Economia e Gestão
Faculdade de Medicina Dentária	Instituto Superior Técnico
Faculdade de Medicina Veterinária	
Faculdade de Motricidade Humana	

Aquando da apresentação da proposta de fusão, em janeiro de 2012, era de 47 641 o número total de alunos da Universidade de Lisboa e da Universidade Técnica de Lisboa<sup>3</sup>. De acordo com o mesmo critério e em igual data, a soma dos recursos humanos integrados nas duas Universidades apresentava a seguinte distribuição:

*(Quadro 2) Recursos humanos UL + UTL (jan. 2012)*

Docentes	2 922
Investigadores	377
Não Docentes	2 099

Fonte: *Uma Nova Universidade de Lisboa*

<sup>1</sup> Artigo 1º, ANEXO II dos Estatutos da Universidade de Lisboa, Despacho Normativo nº 5-A/2013, DR II Série, nº 77, de 19 de abril de 2013.

<sup>2</sup> Decreto-Lei nº 266-E/2012, de 31 de dezembro, DR I Série, nº 252.

<sup>3</sup> *Uma Nova Universidade de Lisboa. Fusão da Universidade Clássica e da Universidade Técnica de Lisboa, Documento de Trabalho*, Janeiro de 2012.

O referido processo de fusão determinou a que a FDUL empreendesse a revisão dos seus Estatutos e procedesse a correlativos ajustamentos da respetiva estrutura institucional ainda em curso.

## **2. Missão e Objectivos**

Nos termos dos respetivos Estatutos<sup>4</sup>, a Faculdade de Direito é um centro de criação, transmissão e difusão da cultura e da ciência, no domínio das disciplinas jurídicas e das demais disciplinas com elas conexas.

De entre as suas atribuições principais cumpre à FDUL organizar e ministrar cursos de licenciatura, de mestrado e de doutoramento, e cursos não conferentes de grau, bem como promover e organizar atividades de investigação científica. A Faculdade ministra o curso de Licenciatura em Direito (primeiro ciclo), 10 cursos de Mestrado, um dos quais com 23 perfis de especialização (segundo ciclo) e um curso de Doutoramento, com 7 áreas de especialização. A FDUL promove, diretamente, a publicação de 5 revistas científicas a que acresce um significativo número de publicações científicas dos institutos e centros de investigação da Faculdade.

A Faculdade de Direito estabelece formas de intercâmbio, de cooperação científica e pedagógica, de prestação de serviços e de colaboração em atividades de interesse comum com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, dedicando particular atenção à cooperação com instituições jurídicas e universitárias dos países de língua portuguesa.

A Faculdade organiza cursos de extensão, debates e conferências sobre problemas atuais ou reformas jurídicas; colabora com outras instituições portuguesas, assegurando o ensino jurídico na Academia Militar, no Instituto Superior Técnico e na Faculdade de Letras.

---

<sup>4</sup> O presente documento tem como referência o projeto de alteração dos Estatutos, aprovado pela Assembleia da Faculdade, em deliberação de 21 de maio de 2013, que procede à alteração dos *Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, homologados pelo Despacho n.º 12680/2012 da RUL, DR 2.ª série, N.º 188, de 27 de setembro de 2012, p. 32560, em cumprimento da imposição de revisão estatutária constante do artigo 46.º, n.º 1, dos novos Estatutos da Universidade de Lisboa, homologados pelo Despacho Normativo n.º 5-A/2013, DR 2.ª série, N.º 77, de 19 de Abril de 2013.

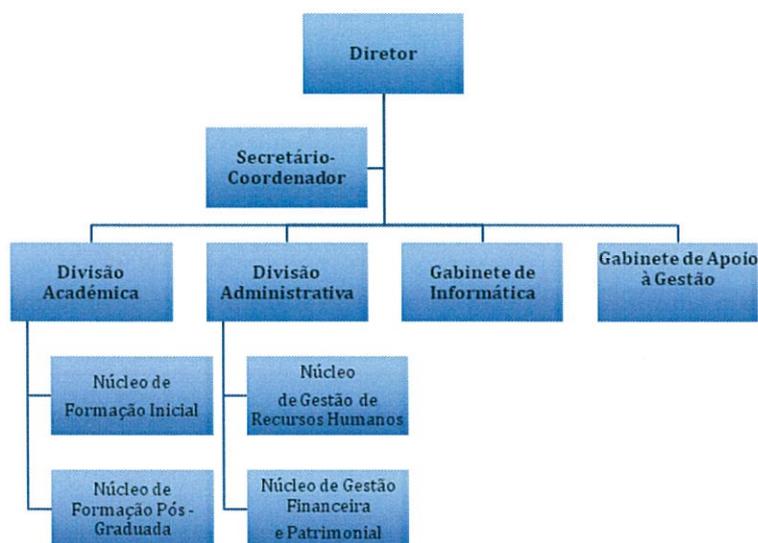
### 3. Órgãos da Faculdade

São órgãos da Faculdade de Direito: o *Conselho de Escola*, o *Diretor*, o *Conselho de Gestão*, o *Conselho Académico*, o *Conselho Científico* e o *Conselho Pedagógico*. A Faculdade compreende ainda, como órgão de extensão à comunidade, o *Conselho Consultivo* (art. 14º EFDUL).

Integram a estrutura orgânica da Faculdade diversas *unidades administrativas*, de natureza técnico-científica e de gestão (art. 66º EFDUL).

Unidades Administrativas Técnico-Científicas	Unidades Administrativas de Gestão
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Biblioteca	<input type="checkbox"/> Divisão Académica
<input type="checkbox"/> Instituto da Cooperação Jurídica	<input type="checkbox"/> Divisão Administrativa
<input type="checkbox"/> Instituto de Direito Brasileiro	<input type="checkbox"/> Gabinete de Informática
<input type="checkbox"/> Gabinete de Responsabilidade Social	<input type="checkbox"/> Gabinete de Apoio à Gestão
<input type="checkbox"/> Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais	
<input type="checkbox"/> Gabinete de Saídas Profissionais	
<input type="checkbox"/> Centro de Arbitragem e de Resolução de Litígios	
<input type="checkbox"/> Gabinete de Consultoria Jurídica	
<input type="checkbox"/> Gabinete de Centros de Apoio	

As Unidades Administrativas de Gestão apresentam a seguinte organização<sup>5</sup>:



#### 4. Instalações

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa encontra-se situada na Cidade Universitária e é composta por dois edifícios: o mais antigo que começou a funcionar nos anos de 1957/1958 e o mais recente concluído e em funcionamento desde 1997.

No edifício principal (mais antigo) composto por cave, R/C e 1.º andar encontram-se:

- 5 anfiteatros;
- Salas de aulas para licenciatura, mestrados, doutoramentos e pós-graduações;
- Instalações dos institutos existentes na FDUL: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, Instituto de Direito do Consumo, Instituto do Direito do Trabalho, Instituto de Direito Económico, Financeiro e

---

<sup>5</sup> Regulamento das Unidades Administrativas de Gestão da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Despacho nº 15877/2012, DR 2.ª série - N.º 240, 12 de dezembro de 2012.

Fiscal, Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais, Instituto Europeu, Instituto de História do Direito e do Pensamento Político, Instituto dos Valores Mobiliários, Associação Internacional de Direito dos Seguros, Associação Portuguesa de Direito Intelectual;

- Instalações do Centro de Excelência Jean Monnet da Universidade de Lisboa;

- Serviços diretivos, administrativos, financeiros e pedagógicos;

- Secretaria: formação inicial e formação pós-graduada;

- Salas do Conselho Científico e do Conselho Pedagógico;

- Sala de estar para docentes;

- Sala de estudo para os alunos;

- 3 Bares;

- Livraria;

- Instalações da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (AAFDL), que incluem espaços com diversas funcionalidades: recepção, livrarias, centro de cópias, gabinetes de trabalho, sala de reuniões, cafetaria, restaurante.

No edifício novo com R/C, cave, 1.º e 2.º andar encontram-se:

- 5 Anfiteatros;

- Sala para simulação de audiências;

- Auditório para conferências;

- Biblioteca;

- 41 Gabinetes individuais

- 34 Gabinetes colectivos

- 2 Salas de reuniões.

Todas as salas de aulas estão dotadas de equipamento de *datashow*.

## 5. Recursos Humanos

Em 31.12.2011, integravam a FDUL um número total de **174 docentes**; este número era de **185**, em 31.12.2012 (*infra*).

Tomando como referência as mesmas datas, a FDUL contava com **51 funcionários não docentes** em 2011, sendo esse número de **53** em 2012. Nos períodos considerados a distribuição, por categoria, do pessoal não docente era a seguinte:

(Quadro 3) Distribuição por categoria, 2011-2012

SERVIÇO	PESSOAL NÃO DOCENTE																											
	A. Oper.		A. Tec.		Téc. sup.		Coord. Téc.		Téc. Inf. G1 N1		Téc. Inf. G2 N2		Téc. Inf. G1 N1		Estágios PEUI		Secretária-Coordenadora		Chefe Divisão		Coordenador Núcleo		CED		TOTAL			
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Dirigente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fin. E Tesouraria	0	0	2	2	2	1	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
Rec. Humanos e Venc.	0	0	0	0	2	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4
Académicos 1º ciclo	1	1	4	4	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	6	
Gab. Pós Graduação	0	0	1	3	1	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	6	
Biblioteca	0	0	7	7	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	9	
Informática	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	
Institutos da FDUL	0	0	1	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	
Garagem/parque	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	4	4
Apoio aos órgãos	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	3	3
Apoio às aulas	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1	7	7
Jardinagem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>18</b>	<b>17</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>51</b>	<b>53</b>

Fonte: Núcleo de gestão de recursos humanos

## 6. Associações de Estudantes

### 6.1. Associação Académica da Faculdade de Direito

Criada em 1915, a AAFDL<sup>6</sup> constitui um marco do associativismo estudantil em Portugal e da defesa dos direitos dos estudantes.

<sup>6</sup> AAFDL: <http://www.aafdl.pt>

A AAFDL desenvolve uma importante ação de acompanhamento dos alunos e presta um conjunto muito relevante de serviços. De entre as respetivas atividades merece particular destaque o acompanhamento das questões pedagógicas em articulação com os órgãos da FDUL, assim como o apoio prestado aos estudantes, em particular aos alunos do primeiro ano e aos estudantes Erasmus *incoming* e *outgoing*. No âmbito da ação social a AAFDL adota uma política de proximidade no apoio aos alunos carenciados traduzida na orientação de processos de candidatura a apoios DGES/ SASUL, na prestação de apoios indiretos (senhas de refeição, material escolar, cartão de fotocópias, etc.), na atribuição de bolsas de mérito, na criação do Fundo de Emergência Social, entre outras formas de ação. Releva ainda a consolidação e expansão da respectiva atividade editorial, consubstanciada na afirmação da Editora AAFDL como uma das principais editoras jurídicas nacionais e na publicação da *Revista Jurídica AAFDL*. Destacam-se igualmente as atuações da Associação nos domínios da promoção do emprego e da promoção de atividades culturais, recreativas e desportivas<sup>7</sup>.

A AAFDL conta com os seguintes departamentos e gabinetes: Departamento Cultural e Atividades Extra-Curriculares; Departamento de Relações Públicas, Empresariais e Marketing; Departamento Recreativo; Gabinete de Apoio aos Núcleos Autónomos, Gabinete do Desporto; Gabinete Erasmus e Relações Internacionais; Departamento de Ação Social; Departamento de Acompanhamento Académico; Departamento Pedagógico; Gabinete de Apoio ao Primeiro Ano; Gabinete de Apoio ao Estudante; Gabinete de Investigação Jurídica e Apoio à Atividade Editorial<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Relatório de Actividades. Relatório de Contas, AAFDL, 2012/ 2013. Plano de Atividades e Orçamento, Mandato 2013/ 2014, AAFDL.

No ano lectivo de 2011/ 2012 integravam-se nas atividades da AAFDL a Tuna Masculina (Venusmonti), a Tuna Feminina (Barituna), a Rádio Orpheu, o Cénico (Grupo de Teatro), a Revista Calíope.

<sup>8</sup> No ano lectivo de 2012/ 2013 a estrutura da AAFDL era composta por: Dep. de Ação Social e Apoio ao Aluno, Dep. Cultural, Dep. Desportivo, Dep. De Internacionalização e Erasmus, Dep. De Marketing e Relações Empresariais, Dep. Pedagógico, Dep. De Política Educativa, Dep. Recreativo, Dep. das Saídas Profissionais, Gab. de Atividades Extra-Curriculares, Gab. de Apoio à Atividade Escolar, Gab. de Apoio ao Primeiro Ano, Gab. de Avaliação e Garantia da Qualidade, Gab. de Comunicação Interna, Gab. de Investigação e Produção Jurídica, Gab. de Apoio ao Aluno de Mestrado, Gab. de Apoio aos Núcleos Autónomos, Gab. de Apoio ao Trabalhador-Estudante e Pós-Laboral.

## **6.2. Outras Associações Estudantis**

Na Faculdade funcionam também outros núcleos associativos que promovem a integração e o acompanhamento de estudantes africanos e brasileiros, a saber: o Núcleo de Estudantes Africanos (NEA), integrado na AAFDL, e o Núcleo dos Estudantes Luso-Brasileiro (NELB).

De referir também o funcionamento da European Law Students Association FDL (ELSA-FDL).

### III. Ensino/Aprendizagem

#### 1. Estudantes

##### 1.1. Caracterização Geral

Atento o número de alunos, a Faculdade de Direito é a terceira maior escola da ULisboa:

*(Quadro 4) Alunos da ULisboa, 2010-2011*

	Inscritos 2010/11 (3ciclos)	Proporção do total de inscritos
Instituto Superior Técnico (UTL)	10580	22,4%
Faculdade de Ciências (UL)	5058	10,7%
Faculdade de Direito (UL)	4002	8,5%
Faculdade de Letras (UL)	3974	8,4%
Instituto Superior de Economia e Gestão (UTL)	3694	7,8%
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (UTL)	2804	5,9%
Faculdade de Medicina (UL)	2786	5,9%
Faculdade de Arquitetura (UTL)	2334	4,9%
Faculdade de Farmácia (UL)	1855	3,9%
Instituto Superior de Agronomia (UTL)	1739	3,7%
Faculdade de Motricidade Humana (UTL)	1662	3,5%
Faculdade de Belas-Artes (UL)	1542	3,3%
Instituto de Educação (UL)	1264	2,7%
Faculdade de Psicologia (UL)	1129	2,4%
Faculdade de Medicina Veterinária (UTL)	898	1,9%
Inst. de Geografia e Ordenamento do Território (UL)	703	1,5%
Faculdade de Medicina Dentária (UL)	643	1,4%
Transversal UL	555	1,2%
Instituto de Ciências Sociais (UL)	111	0,2%
<b>Total NU</b>	<b>47333</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: *Relatoria UL*

No ano lectivo de 2011/2012, frequentaram a Faculdade de Direito **3938** alunos, **2691** dos quais inscritos na formação inicial.

(Quadro 5) Total dos alunos inscritos, 2010 - 2013

	Licenciatura		Mestrados		Doutoramento		Total (n° de alunos)
	N° de alunos	Proporção do total	N° de alunos	Proporção do total	N° de alunos	Proporção do total	
2010-2011	2764	70,2 %	1004	25,5%	172	4,3%	3940
2011-2012	2691	68,3%	1068	27,1%	179	4,6%	3938
2012-2013	2782	68,4%	1072	26,4%	213	5,2%	4066

Fonte: Relatório de Atividades 2012; "Dados RAIDES"

Por ciclo de estudos, a distribuição dos alunos inscritos apresenta-se do seguinte modo:

(Quadro 6) Número de alunos inscritos no curso de Licenciatura, 2010-2013

	N° de alunos inscritos em horário diurno (A)	N° de alunos inscritos em horário noturno (B)	Total de alunos inscritos em horário diurno + noturno (A + B)	N° de alunos inscritos no 1° ano/ 1ª vez em horário diurno (C)	N° de alunos inscritos no 1° ano/ 1ª vez em horário noturno (D)	Total de alunos inscritos no 1° ano/ 1ª vez (C + D)
2010-2011	2566	198	2764	562	124	686
2011-2012	2438	253	2691	504	94	598
2012-2013	1755	1026	2781	522	152	674

Fonte: Relatório de Atividades 2012

(Quadro 7) Número de alunos inscritos nos cursos de Mestrado, 2010-2013

	N° de alunos inscritos em mestrados profissionalizantes (pré e pós-Bolonha) (A)	N° de alunos inscritos em mestrado científico (B)	Total de N° de alunos inscritos em mestrado (A + B)	N° de alunos inscritos no 1° ano/ 1ª vez em mestrados profissionalizantes (pré e pós-Bolonha) (C)	N° de alunos inscritos no 1° ano/ 1ª vez em mestrado científico (D)	Total de alunos inscritos no 1° ano/ 1ª vez (C + D)
2010-2011	547	457	1004	352	354	706
2011-2012	656	412	1068	362	193	555
2012-2013	593	479	1072	282	191	473

Fonte: Relatório de Atividades 2012

*(Quadro 8) Número de alunos inscritos no curso de Doutoramento, 2010-2013*

	Doutoramento parte escolar (A)	Doutoramento fase de preparação da tese (B)	Doutoramento (A + B)
2010-2011	54	118	172
2011-2012	41	138	179
2012-2013	39	174	213

Fonte: *Relatório de Atividades 2012*

No ano lectivo de 2011/2012, o número total de alunos diplomados foi de 474, distribuídos por grau da seguinte forma:

*(Quadro 9) Alunos diplomados*

	Grau de Licenciado	Grau de Mestre	Grau de Doutor
2010-2011	314	112	17
2011-2012	358	102	14

Fonte: *Relatório de Atividades 2012*

## 1.2. Acesso

No ano de 2011/2012 a FDUL apresentou 630 vagas no concurso nacional de acesso, correspondentes a 450 vagas no curso geral e 180 no curso pós-laboral; a nota do último aluno colocado foi de 124,0 valores; predominam as inscrições de alunos do sexo feminino.

*(Quadro 10) Número de Vagas (vagas do concurso nacional de acesso ao Ensino Superior)*

2010/2011	2011/2012	2012/2013
600	630	630

Fonte: *Relatório de Gestão e Contas Consolidadas de 2011 da Universidade de Lisboa*<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Fonte identificada: “Universidade de Lisboa em Números 2011”.

(Quadro 11) Número de candidatas na 1.ª fase do concurso nacional de acesso

2010/2011	2011/2012	Varição face ao ano anterior
1485	1222	-24,4 %

Fonte: Relatório de Gestão e Contas Consolidadas de 2011 da Universidade de Lisboa

(Quadro 12) Número de candidatas em 1ª opção na 1ª fase do concurso nacional de acesso

2010/2011	2011/2012	Varição face ao ano anterior
558	408	-26,9 %

Fonte: Relatório de Gestão e Contas Consolidadas de 2011 da Universidade de Lisboa

(Quadro 13) Admissão de alunos de Licenciatura através de concursos especiais de acesso

	Transferência de instituição	Maiores de 23 anos	Reingresso	Mudança de curso	Titulares de cursos superiores	Total
2010-2011	22	104	200	8	3	337
2011-2012	13	79	122	10	0	224
2012-2013	30	84	110	16	8	248

Fonte: Relatório de Atividades 2012

(Quadro 14) Inscrições 1ª vez 1º ano, por sexo (valores percentuais)

2010/2011		2011/2012	
M	F	M	F
38,3%	61,7%	43,8%	56,3%

Fonte: Relatório de Gestão e Contas Consolidadas de 2011 da Universidade de Lisboa

### 1.3. Alunos Estrangeiros

No que respeita aos alunos estrangeiros inscritos na Faculdade de Direito, no ano lectivo de 2011/2012, contava-se um total de **638 alunos** distribuídos pelos três ciclos de estudos, representando cerca de 15% do universo total de alunos.

O maior número de alunos estrangeiros é oriundo dos **PALOP** e do **Brasil**. Os alunos provenientes dos PALOP concentram-se, predominantemente, no grau de **licenciatura**, verificando-se que os alunos do Brasil se concentram, sobretudo, na frequência de cursos de **mestrado e de doutoramento**.

(Quadro 15) N° de alunos inscritos no 1º ciclo, por país de nacionalidade, no ano lectivo 2011-12

África do Sul	1
Alemanha	3
Andorra	1
Angola	30
Brasil	48
Bulgária	2
Cabo-Verde	21
China	5
Eslováquia	1
Espanha	11
França	2
Guiné	22

Fonte: *Divisão académica*

Itália	8
Moçambique	11
Moldávia	2
Países Baixos	1
Polónia	2
Portugal	2752
Rep. Checa	1
Roménia	1
São Tomé	15
Suíça	2
Timor Leste	2
Turquia	1
Ucrânia	3

(Quadro 16) N° de alunos inscritos no 2º ciclo (Mestrado Profissionalizante Pré e Pós Bolonha), por país de nacionalidade, no ano lectivo 2011-12

Angola	14
Argentina	1
Bélgica	1
Brasil	25
Bulgária	2
Cabo Verde	6
Colômbia	1
Eslovénia	1
Espanha	1
França	4
Geórgia	1

Fonte: *Divisão académica*

Grécia	1
Guiné	6
Itália	1
Macau	1
Moçambique	2
Polónia	1
Portugal	585
Reino Unido	1
Roménia	1
São Tomé	2
Ucrânia	1

(Quadro 17) N° de alunos inscritos no 2º ciclo (Mestrado Científico), por país de nacionalidade, no ano lectivo 2011-12

Portugal	152
Alemanha	1
Angola	9
Brasil	237
Cabo Verde	2
Guiné	7
Itália	3
Moçambique	1
São Tomé	1

Fonte: *Divisão académica*

(Quadro 18) N° de alunos inscritos no 3º ciclo (Doutoramento), por país de nacionalidade, no ano lectivo 2011-12

Portugal	99
Angola	4
Brasil	97
Bulgária	1
Guiné	4
Moçambique	1

Fonte: Divisão académica

#### 1.4. Caracterização Socio-económica

A presente caracterização tem por base o documento *Estudantes à Entrada da UL*<sup>10</sup>, referente ao ano lectivo de 2010/2011, o qual tem como principal fonte os dados recolhidos através do preenchimento da “Ficha Azul” pelos alunos inscritos pela primeira vez, no primeiro ciclo.

Observa-se uma atenuação do padrão de procura intra-regional<sup>11</sup>, no 1º ciclo, sendo 64,1% dos respectivos alunos oriundos da região da grande Lisboa e da península de Setúbal.

(Quadro 19) Proveniência/residência por ciclo de estudos

[Quadro 11] Proveniência/Residência por ciclo de estudos

	Norte	Centro	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Outro país	Total
1º ciclo	43	91	384	91	54	37	14	20	7	741
	5,8%	12,3%	51,8%	12,3%	7,3%	5,0%	1,9%	2,7%	0,9%	100,0%
2º ciclo	13	31	124	25	9	10	1	1	125	339
	3,8%	9,1%	36,6%	7,4%	2,7%	2,9%	0,3%	0,3%	36,9%	100,0%
3º ciclo			4	3	1	2			25	35
			11,4%	8,6%	2,9%	5,7%			71,4%	100,0%
Total	56	122	512	119	64	49	15	21	157	1115
	5,0%	10,9%	45,9%	10,7%	5,7%	4,4%	1,3%	1,9%	14,1%	100,0%

Fonte: *Estudantes à Entrada da UL*

<sup>10</sup> *Os Estudantes à Entrada da UL, Áreas Estratégicas 1º, 2º e 3º Ciclos*, Volume 2: Ciências Jurídicas e Económicas, Observatório dos Percursos dos Estudantes – OPEST, Universidade de Lisboa, Setembro, 2011. Os quadros apresentados têm como origem o referido documento.

<sup>11</sup> Relatório de Auto Avaliação 2008: “a Faculdade de Direito apresenta-se como uma das que acolhe uma maior percentagem de alunos provenientes de outras regiões do país. Apenas 56% dos estudantes da Faculdade de Direito são naturais da região da grande Lisboa e da península de Setúbal concluindo-se, nesta medida, por uma importante procura desta Faculdade a nível nacional.”

(Quadro 20) Deslocado da residência no presente ano letivo por ciclo de estudos

[Quadro 12] Deslocado/a da residência no presente ano lectivo por ciclo de estudos

	Não	Sim	Total	
FD	1º ciclo	450 60,5%	294 39,5%	744 100,0%
	2º ciclo	171 50,4%	168 49,6%	339 100,0%
	3º ciclo	10 28,6%	25 71,4%	35 100,0%
Total	631 56,4%	487 43,6%	1118 100,0%	

Fonte: *Estudantes à Entrada da UL*

Cerca de 19% dos estudantes do 1º ciclo exerce, simultaneamente, uma atividade remunerada a tempo inteiro.

(Quadro 21) Exerce atualmente atividade remunerada por ciclo de estudos

[Quadro 15] Exerce actualmente actividade remunerada por ciclo de estudos

	Não	Sim, a tempo inteiro	Sim, a tempo parcial	Sim, esporadicamente	Total	
FD	1º ciclo	570 76,6%	145 19,5%	23 3,1%	6 0,8%	744 100,0%
	2º ciclo	152 44,8%	155 45,7%	23 6,8%	9 2,7%	339 100,0%
	3º ciclo	10 28,6%	19 54,3%	5 14,3%	1 2,9%	35 100,0%
Total	732 65,5%	319 28,5%	51 4,6%	16 1,4%	1118 100,0%	

Fonte: *Estudantes à Entrada da UL*

É predominante, em todos os ciclos de estudos, a percentagem de estudantes cuja de escolaridade dos pais corresponde ao nível superior, sendo de assinalar que essa percentagem cresce notavelmente do 1º para o 3º ciclo, onde é mesmo maioritária.

(Quadro 22) Escolaridade da mãe por ciclo de estudos

[Quadro 20] Escolaridade da mãe por ciclo de estudos

	Básico 1 (até ao 4.º ano)	Básico 2 (até ao 6.º ano)	Básico 3 (até ao 9.º ano)	Secundário (e médio)	Superior (e pós-grad.)	Total	
FD	1º ciclo	109 14,9%	53 7,2%	99 13,5%	212 29,0%	259 35,4%	732 100,0%
	2º ciclo	44 13,1%	15 4,5%	15 4,5%	101 30,1%	160 47,8%	335 100,0%
	3º ciclo	4 12,1%		2 6,1%	7 21,2%	20 60,6%	33 100,0%
Total	157 14,3%	68 6,2%	116 10,5%	320 29,1%	439 39,9%	1100 100,0%	

Fonte: *Estudantes à Entrada da UL*

(Quadro 23) Escolaridade do pai por ciclo de estudos

[Quadro 21] Escolaridade do pai por ciclo de estudos

	Básico 1 (até ao 4.º ano)	Básico 2 (até ao 6.º ano)	Básico 3 (até ao 9.º ano)	Secundário (e médio)	Superior (e pós-grad.)	Total
1º ciclo	123	61	82	210	234	710
	17,3%	8,6%	11,5%	29,6%	33,0%	100,0%
2º ciclo	53	18	18	71	169	329
	16,1%	5,5%	5,5%	21,6%	51,4%	100,0%
3º ciclo	5		3	9	16	33
	15,2%		9,1%	27,3%	48,5%	100,0%
<b>Total</b>	<b>181</b>	<b>79</b>	<b>103</b>	<b>290</b>	<b>419</b>	<b>1072</b>
	16,9%	7,4%	9,6%	27,1%	39,1%	100,0%

Fonte: *Estudantes à Entrada da UL*

No que respeita à profissão dos pais, é de 24,8% a percentagem dos estudantes da Faculdade de Direito cuja profissão da mãe corresponde à categoria “especialista das profissões intelectuais e científicas”. Quanto à profissão do pai, 21,6% integra-se na categoria “especialista das profissões intelectuais e científicas” e 20,2% na categoria “dirigentes e quadros superiores de empresas ou administração pública”.

(Quadro 24) Profissão actual ou anterior da mãe por ciclo de estudos

[Quadro 23] Profissão actual ou anterior da mãe por ciclo de estudos

	Dirig. e quadros sup. empresas ou admn. nútica	Especialista das prof. intelectuais e científicas	Técnicos/as e prof. de nível intermédio	Pessoal administrativo e similares	Pessoal de serviços e vendedores/as	Agricult. e trab. qualific. da agric. e pecuária	Operários/as e artifices	Operários/as de instalações e máquinas	Trabalhadores/as não qualificados/as	Pessoal das Forças armadas	NS/NA	Total
1º	70	164	80	104	128	7	24	5	36	1	125	744
	9,4%	22,0%	10,8%	14,0%	17,2%	0,9%	3,2%	0,7%	4,8%	0,1%	16,8%	100,0%
2º	42	100	40	39	34	8	5	1	5		65	339
	12,4%	29,5%	11,8%	11,5%	10,0%	2,4%	1,5%	0,3%	1,5%		19,2%	100,0%
3º	3	13	6	2	1		1				9	35
	8,6%	37,1%	17,1%	5,7%	2,9%		2,9%				25,7%	100,0%
<b>Total</b>	<b>115</b>	<b>277</b>	<b>126</b>	<b>145</b>	<b>163</b>	<b>15</b>	<b>30</b>	<b>6</b>	<b>41</b>	<b>1</b>	<b>199</b>	<b>1118</b>
	10,3%	24,8%	11,3%	13,0%	14,6%	1,3%	2,7%	0,5%	3,7%	0,1%	17,8%	100,0%
1º	299	990	445	769	717	39	128	33	172	24	880	4496
	6,7%	22,0%	9,9%	17,1%	15,9%	0,9%	2,8%	0,7%	3,8%	0,5%	19,6%	100,0%
2º	82	271	113	171	143	24	39	6	43	8	238	1138
	7,2%	23,8%	9,9%	15,0%	12,6%	2,1%	3,4%	0,5%	3,8%	0,7%	20,9%	100,0%
3º	16	58	27	29	22	12	9	1	12	1	74	261
	6,1%	22,2%	10,3%	11,1%	8,4%	4,6%	3,4%	0,4%	4,6%	0,4%	28,4%	100,0%
<b>Total</b>	<b>397</b>	<b>1319</b>	<b>585</b>	<b>969</b>	<b>882</b>	<b>75</b>	<b>176</b>	<b>40</b>	<b>227</b>	<b>33</b>	<b>1192</b>	<b>5895</b>
	6,7%	22,4%	9,9%	16,4%	15,0%	1,3%	3,0%	0,7%	3,9%	0,6%	20,2%	100,0%

(Quadro 25) Profissão actual ou anterior do pai por ciclo de estudos

[Quadro 22] Profissão actual ou anterior do pai por ciclo de estudos

	Direcção e quadros sup. empresas ou adm. n.º 1	Especialista das prof. intelectuais e científicas	Técnicos/as e prof. de nível intermédio	Pessoal administrativo e similares	Pessoal de serviços e vendedores/trab. Agrícola, e trab. qualificada agric. e n.º 2	Operários/as e artífices	Operários/as de instalações e máquinas	Trabalhadores/as não qualificados/as	Pessoal das Forças armadas	NS/NA	Total	
1 <sup>o</sup>	144	136	88	55	82	25	72	30	13	21	78	744
	19,4%	18,3%	11,8%	7,4%	11,0%	3,4%	9,7%	4,0%	1,7%	2,8%	10,5%	100,0%
2 <sup>o</sup>	75	94	38	18	27	9	16	6	3	14	39	339
	22,1%	27,7%	11,2%	5,3%	8,0%	2,7%	4,7%	1,8%	0,9%	4,1%	11,5%	100,0%
3 <sup>o</sup>	7	12	4	1	2	2	2			1	4	35
	20,0%	34,3%	11,4%	2,9%	5,7%	5,7%	5,7%			2,9%	11,4%	100,0%
Total	226	242	130	74	111	36	90	36	16	36	121	1118
	20,2%	21,6%	11,6%	6,6%	9,9%	3,2%	8,1%	3,2%	1,4%	3,2%	10,8%	100,0%

Fonte: Estudantes à Entrada da UL

Apresentam-se ainda dados relativos ao agregado familiar, tipo de estabelecimento de ensino frequentado anteriormente e idade dos alunos.

(Quadro 26) Composição do agregado familiar por ciclo de estudos

[Quadro 26] Composição do agregado familiar<sup>8</sup> por ciclo de estudos

	Sozinho/a	Biparental	Mono-parental	Recom-posto	Não parental	Família de procriação	Total
1 <sup>o</sup>	43	402	137	45	26	91	744
ciclo	5,8%	54,0%	18,4%	6,0%	3,5%	12,2%	100,0%
2 <sup>o</sup>	69	98	38	5	27	102	339
ciclo	20,4%	28,9%	11,2%	1,5%	8,0%	30,1%	100,0%
3 <sup>o</sup>	6	7			1	21	35
ciclo	17,1%	20,0%			2,9%	60,0%	100,0%
Total	118	507	175	50	54	214	1118
	10,6%	45,3%	15,7%	4,5%	4,8%	19,1%	100,0%

Fonte: Estudantes à Entrada da UL

(Quadro 27) Estabelecimento de ensino frequentado no secundário por ciclo de estudos

[Quadro 27] Estabelecimento de ensino frequentado no secundário por ciclo de estudos

	Público	Privado	Ambos	Total
1 <sup>o</sup>	623	54	67	744
ciclo	83,7%	7,3%	9,0%	100,0%
2 <sup>o</sup>	176	123	40	339
ciclo	51,9%	36,3%	11,8%	100,0%
3 <sup>o</sup>	8	19	8	35
ciclo	22,9%	54,3%	22,9%	100,0%
Total	807	196	115	1118
	72,2%	17,5%	10,3%	100,0%

Fonte: Estudantes à Entrada da UL

(Quadro 28) Idade média por ciclo de estudos

[Quadro 6] Idade média por ciclo de estudos

	Número	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo	
FD	1º ciclo	744	22,07	8,156	16	57
	2º ciclo	339	30,40	8,391	21	70
	3º ciclo	35	36,31	8,199	25	55
	Total	1118	25,04	9,281	16	70

Fonte: *Estudantes à Entrada da UL*

## 1.5. Estruturas de Apoio aos Alunos

### 1.5.1. Gabinete de Saídas Profissionais

O Gabinete de Saídas Profissionais da FDUL apoia a inserção profissional dos atuais e antigos alunos, disponibilizando-lhes informação<sup>12</sup> e proporcionando-lhes várias ferramentas de procura de emprego.

O Gabinete centraliza CVs dos alunos, divulga propostas de trabalho e de estágios em empresas e instituições nacionais e estrangeiras, publicita conferências e seminários, realiza *workshops* e feiras de emprego.

Através do *Portal Universia*, recentemente em funcionamento, os alunos da FDUL, à semelhança dos estudantes das demais unidades orgânicas da UL, têm seu dispor uma via adicional de acesso ao mercado de trabalho.

O Gabinete de Saídas Profissionais desenvolve a sua atividade em estreita colaboração e coordenação com o Gabinete de Psicologia e Orientação.

### 1.5.2. Gabinete de Psicologia e Orientação

No âmbito do acordo de cooperação entre a FDUL e o IOP (Instituto de Orientação Profissional), funciona, desde 2011, o Gabinete de Psicologia e Orientação que tem por principal objetivo a prevenção de situações de insucesso e abandono escolar.

---

<sup>12</sup> Documentos de informação: “Descrição das saídas profissionais ligadas ao Direito”; “Acesso a profissões ligadas ao Direito”.

O Gabinete desenvolve atividades de divulgação e de atendimento individualizado, orientado para o apoio psicopedagógico e para o aconselhamento de carreira. A realização de *workshops* com vista ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais constitui outro dos domínios de atividade do Gabinete.

### 1.5.3. Gabinete de Responsabilidade Social

O Gabinete de Responsabilidade Social acompanha as situações dos alunos carenciados, orientando-os na obtenção de isenções de propinas e outros encargos, na atribuição de apoios financeiros, pela FDUL e pela UL no âmbito dos respectivos programas de ação social.

## 2. Docentes

A FDUL contava com **174 docentes** à data de 31.12.2011, sendo o número total de docentes de **185** em 31.12.2012.

Em 2011, a percentagem de doutorados correspondia a 41% do total dos docentes, sendo essa percentagem de 45% no ano de 2012.

*(Quadro 29) Docentes por categoria, 2011-2012*

	31.12.2011	31.12.2012
Catedrático	18	19
Associado	16	16
Auxiliar	38	48
Auxiliar convidado	1	3
Assistente/ Assist. Estagiário	61	48
Assistente convidado	40	51
<b>Total</b>	<b>174</b>	<b>185</b>

Fonte: Núcleo de gestão de recursos humanos

(Quadro 30) Docentes por categoria e grupo, 2011-2012

	Políticas		Jurídicas		Históricas		Económicas		Totais	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Catedrático	3	4	10	10	3	3	2	2	18	19
Associado	6	6	7	7	1	1	2	2	16	16
Auxiliar	14	16	12	14	3	5	9	13	38	48
Assistente/Assistente Estagiário	12	11	34	31	5	3	10	3	61	48
Assistente convidado	11	14	19	21	6	8	4	8	40	51
Prof. convidado	1	2	0	0	0	0	0	1	1	3
<b>TOTAL</b>	<b>47</b>	<b>53</b>	<b>82</b>	<b>83</b>	<b>18</b>	<b>20</b>	<b>27</b>	<b>29</b>	<b>174</b>	<b>185</b>

Fonte: Núcleo de gestão de recursos humanos

(Quadro 31) Doutoramentos por grupo científico, 2011-2012

	2011	2012
Ciências Jurídicas	6	3
Ciências Jurídico-Económicas	2	4
Ciências Jurídico-Políticas	6	2
Ciências Histórico-Jurídicas	1	3

Fonte: Núcleo de gestão de recursos humanos

### 3. Graus e Planos de Estudos

A Faculdade de Direito confere os graus de licenciado, mestre e doutor em Direito pela Universidade de Lisboa. Para além destes níveis de formação a Faculdade desenvolve uma relevante atividade no domínio da leccionação de cursos pós-graduados não conducentes à obtenção de grau, nomeadamente, cursos de aperfeiçoamento e cursos de pós-graduação.

#### 3.1. Licenciatura- 1º Ciclo

A licenciatura em Direito confere a todos os estudantes uma formação global básica comum.

O plano de estudos encontra-se elaborado tendo em conta “dois aspectos essenciais: — a sequência científica e pedagógica das unidades curriculares; — a progressiva abertura, dentro de medidas que pareceram razoáveis, à escolha de uma de entre várias unidades curriculares de carácter optativo, procurando ir de encontro às preferências pessoais dos estudantes e responsabilizando os mesmos pelo seu próprio percurso académico”<sup>13</sup>.

A obtenção do grau de licenciado pressupõe a obtenção de 240 créditos, sendo a duração normal do curso de 8 semestres. Integram o plano de estudos<sup>14</sup> as seguintes unidades curriculares:

*(Quadro 32) Plano de estudos da licenciatura*

1º ano	2º ano
Introdução ao Estudo do Direito I	Direito das Obrigações I
Introdução ao Estudo do Direito II	Direito das Obrigações II
Teoria Geral do Direito Civil I	Direito da Família
Teoria Geral do Direito Civil II	Direito das Sucessões
Direito Constitucional I	Direito Administrativo I
Direito Constitucional II	Direito Administrativo II

<sup>13</sup> Deliberação n.º 375/2009, DR, 2ª série — N.º 23, 3 de Fevereiro de 2009, p. 4948.

<sup>14</sup> Anexo à Deliberação n.º 375/2009, DR, 2ª série — N.º 23, 3 de Fevereiro de 2009.

Direito Romano	Direito Internacional Público I
História do Direito Português	Direito da União Europeia
Economia I	Finanças Públicas
Filosofia do Direito*	Direito Comparado*
Sociologia do Direito*	Ciência Política*
História das Ideias Políticas*	História do Pensamento Jurídico*
Economia II*	História das Relações Internacionais*

3º ano	4º ano
Direito Comercial I	Direito do Trabalho I
Direito Comercial II / Sociedades Comerciais	Direito do Trabalho II
Direito Processual Civil I	Direito Processual Civil III
Direito Processual Civil II	Direito Internacional Privado I
Direito Penal I	Direito Processual Penal
Direito Penal II	Contencioso Administrativo e Tributário
Direito dos Contratos I	Direito Fiscal
Direitos Reais.	Direitos Fundamentais
Direito dos Contratos II*	Direito Internacional Privado II*
Direito Bancário*	Direito Penal III*
Direito dos Seguros*	Direito Comercial III*
Direito dos Valores Mobiliários*	Direito Processual Civil IV*
Direito Marítimo*	Direito do Consumo*
Direito Administrativo III*	Direito da Propriedade Intelectual*
Direito da Economia *	Direito da Sociedade da Informação*
Direito Internacional Económico*	Direito do Comércio Internacional*
Direito dos Mercados Financeiros*	Direito da Bioética*
Economia Internacional*	Direito do Ambiente*
	Direito do Urbanismo *
	Direito Internacional Público II*
	Justiça Constitucional*
	Contencioso da União Europeia*
	Proteção Internacional dos Direitos da Pessoa Humana*
	Direito Fiscal Internacional*
	União Económica e Monetária*

\* UC Optativa

## 3.2. Mestrado - 2º Ciclo

### 3.2.1. Mestrado Profissionalizante

O grau de mestre é conferido aos alunos que obtenham 120 créditos, através da aprovação no curso de mestrado em 8 UC (60 créditos) e da aprovação na defesa de uma dissertação de natureza científica original (60 créditos). A aprovação nas UC que compõem o curso de mestrado confere ao aluno do diploma de “especialista”.

As aulas do mestrado funcionam em regime de lições magistrais idênticas às da licenciatura. A avaliação dos alunos no curso de mestrado pressupõe a realização de exames finais escritos.

A oferta formativa da FDUL é composta pelos seguintes domínios de especialização:

- *Mestrado em Ciências do Direito*<sup>15</sup>, com as áreas de especialização de Ciências Jurídicas, Ciências Jurídico-Bancárias, Ciências Jurídico-Criminais, Ciências Jurídico-Internacionais e História do Direito
- *Mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais*<sup>16</sup>
- *Mestrado em Ciências Jurídico-Financeiras*<sup>17</sup>
- *Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses*<sup>18</sup>
- *Mestrado em Direito Administrativo*<sup>19</sup>
- *Mestrado em Direito e Economia*<sup>20</sup>
- *Mestrado em Direito das Empresas*<sup>21</sup>
- *Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais*<sup>22</sup>
- *Mestrado em Direito Constitucional*<sup>23</sup>

---

<sup>15</sup> Deliberação 348/2009, DR 2ª série, N° 21, de 30 de janeiro de 2009, p. 4634 ss.

<sup>16</sup> Deliberação 753/2008, DR 2ª série, N° 53, de 14 de março de 2008, p. 11370 ss.

<sup>17</sup> Despacho n° 9851/2009, DR 2ª série, N° 70, de 9 de abril de 2009, p. 14758 ss.

<sup>18</sup> Deliberação n° 2043/2007, DR 2ª série, N° 198, de 15 de outubro de 2007, p. 29663 ss.

<sup>19</sup> Deliberação 2102/2007, DR 2ª série, N° 202, de 19 de outubro de 2007, p. 30279 ss.

<sup>20</sup> Despacho 9852/2009, DR 2ª série, N° 70, de 9 de abril de 2009, p. 14759 ss.

<sup>21</sup> Despacho 9850/2009, DR 2ª série, N° 70, de 9 de abril de 2009, p. 14755 ss.

<sup>22</sup> Deliberação 2100/2007, DR 2ª série, N° 202, de 19 de outubro de 2007, p. 30274 ss.

<sup>23</sup> Deliberação 2101/2007, DR 2ª série, N° 202, de 19 de outubro de 2007, p. 30277 ss.

### 3.2.2. Mestrado Científico - 2.º Ciclo

O mestrado em Direito “visa proporcionar um aprofundamento da formação científica em Ciências Jurídicas, proporcionando um reforço da articulação teórico-prática e da investigação neste domínio”<sup>24</sup>.

É conferido o grau de mestre aos alunos que obtenham 120 créditos: aprovação no curso de mestrado (60 créditos) e aprovação na defesa de uma dissertação de natureza científica original (60 créditos). A simples frequência e aproveitamento nas unidades curriculares do curso de mestrado, sem que tenha existido apresentação ou aprovação da dissertação, confere ao aluno um diploma de “especialista” na área do curso.

O mestrado científico orienta-se para o aprofundamento de capacidades de investigação autónomas. As aulas do curso de mestrado funcionam em regime de seminário e a respectiva avaliação dos mestrandos assenta, essencialmente, em exposições orais e relatórios escritos.

De acordo com o plano de estudos<sup>25</sup> são 23 os perfis do Mestrado em Direito:

- *História do Direito*
- *Teoria do Direito*
- *Finanças Públicas e Privadas*
- *Economia e Análise Económica do Direito*
- *Concorrência e Regulação*
- *Direito Fiscal*
- *Direito Internacional Económico e Integração Europeia*
- *Políticas Públicas e Federalismo Financeiro*
- *Filosofia e Teoria do Estado, Direito Constitucional*
- *Direito Administrativo*
- *Direitos Fundamentais*

---

<sup>24</sup> Artigo 2º nº 1 do Regulamento do Mestrado em Direito, Despacho nº 374/2012 da RUL, DR 2ª série, Nº 9, de 12 de janeiro de 2012, p. 1224 e ss.

<sup>25</sup> Anexo I do Despacho nº 374/2012 da RUL, DR 2ª série, Nº 9, de 12 de janeiro de 2012, p. 1224 e ss.

- *Ciências Jurídico Internacionais*
- *Ciências Jurídico Ambientais, Ciência Política*
- *Direito da Integração*
- *Direito da União Europeia*
- *Ciências Jurídicas*
- *Ciências Jurídico Criminais*
- *Ciências Jurídico Laborais*
- *Direito Comercial*
- *Direito Bancário e dos Seguros*
- *Direito Intelectual*

### 3.2.3. Mestrado Pré-Bolonha

Os licenciados em Direito ao abrigo do sistema de graus anterior ao processo de Bolonha podem obter o grau de Mestre, inscrevendo-se num ciclo de estudos de mestrado profissionalizante e solicitando a acreditação da formação adquirida na respetiva licenciatura. A frequência e aprovação nas unidades curriculares de Metodologia Jurídica e numa das disciplinas obrigatórias do primeiro semestre do curso de mestrado, permite ao aluno a realização da dissertação de mestrado.

No ano lectivo de 2011/2012 os cursos de mestrado profissionalizante pré-Bolonha foram frequentados por 30 alunos.

*(Quadro 33) Cursos de Mestrado Pré-Bolonha, 2011-2012*

	Nº de alunos inscritos
Ciências Jurídico Forenses	8
Direito Administrativo	5
Direito Internacional e Relações Internacionais	3
Direito e Economia	4
Ciências Jurídico Financeiras	2
Ciências Jurídico Empresariais	8

Fonte: *Divisão Académica*

### 3.3. Doutoramento

O doutoramento em Direito “visa proporcionar um aprofundamento da formação científica em cada um dos mencionados sectores da ciência jurídica, através de um reforço da investigação científica e da capacidade de compreender, conceber, projetar e realizar uma construção sistemática, inovadora e coerente em novos domínios do saber jurídico”<sup>26</sup>.

A atribuição do grau de doutor em Direito pressupõe a obtenção de 240 créditos: aprovação no curso de formação avançada em dois semestres (60 créditos), e elaboração da tese de doutoramento, num prazo máximo de seis semestres, sua discussão e aprovação (180 créditos). A frequência e aproveitamento no curso de doutoramento, sem que tenha existido apresentação ou aprovação da dissertação, confere ao aluno um diploma de “perito” na respectiva área de especialidade.

A oferta lectiva neste domínio compreende as seguintes especialidades:

- *Ciências Histórico-Jurídicas*
- *Ciências Jurídico-Civis*
- *Ciências Jurídico-Empresariais*
- *Ciências Jurídico-Criminais*
- *Ciências Jurídico-Políticas*
- *Ciências Jurídico-Internacionais e Europeias*
- *Ciências Jurídico-Económicas*

---

<sup>26</sup> Artigo 2º nº 1, Deliberação nº 2463/2008, DR 2ª série, Nº 179, de 16 de setembro de 2008, p. 39435 ss.

## 4. Biblioteca

A Biblioteca constitui uma estrutura nuclear de apoio aos processos de ensino, aprendizagem e investigação desenvolvidos na FDUL, atento o importante acervo que a compõe, o conjunto de serviços prestados aos seus utilizadores e as tecnologias de que dispõe.

### 4.1. Recursos Humanos

*(Quadro 34) Recursos humanos, 2011-2012*

	2011	2012
Técnicos superiores	2	1
Assistentes técnicos	8	7
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>8</b>

Fonte: *Biblioteca*

### 4.2. Acervo

*(Quadro 35) Existências por tipo de documento (total de exemplares até dezembro de 2012)*

Áudio	1
Monografias	106 990
Documento digital	966
Documento multimédia	237
Manuscritos	1 766
Periódicos	57 706
Vídeo	6
<b>Total</b>	<b>167 672</b>

Fonte: *Biblioteca*

*(Quadro 36) Publicações entradas (nº de exemplares), 2011-2012*

2011	2012
7 628	4 947

Fonte: *Biblioteca*

(Quadro 37) Modalidade de aquisição, 2011-2012

	2011	2012
Oferta de monografias	693	487
Compra de monografias	122	312
Oferta de periódicos	37	19
Compra de periódicos	117	115
Permuta de periódicos	17	8
<b>Total</b>	<b>986</b>	<b>941</b>

Fonte: Biblioteca

(Quadro 38) Registos bibliográficos por tipo de documento (totais até dezembro de 2012)

Monografias	73 947
Periódicos	1 438
Multimédia	151
Manuscritos	1 438
Analíticos	8 154
<b>Total</b>	<b>85 128</b>

Fonte: Biblioteca

### Serviços prestados pela Biblioteca:

A Biblioteca da FDUL realiza um importante conjunto de tarefas de gestão e de prestação de serviços, aos respectivos utilizadores, designadamente: (i) serviço de referência (atendimento personalizado aos frequentadores da Biblioteca; serviço de resposta à distância por telefone ou correio electrónico); (ii) gestão das coleções; (iii) serviços de empréstimo interbibliotecas; (iv) gabinetes de investigação; (v) serviço de reprodução de documentos; (vi) distribuição da Revista da Faculdade; (vii) sala multimédia; (viii) atividades de cooperação; (ix) exposições.

### Serviço de empréstimo interbibliotecas

O serviço de empréstimo interbibliotecas encontra-se essencialmente orientado para os utilizadores internos: Professores, Assistentes e Alunos de

mestrado e doutoramento<sup>27</sup>. Integram-se também neste serviço os pedidos de utilizadores de outras bibliotecas que requisitem obras da BFDUL ou fotocópias<sup>28</sup>.

*(Quadro 39) Empréstimo interbibliotecas, 2011*

	EIB interno		EIB externo	
	Artigos/ capítulos	Livros	Artigos/ capítulos	Livros
	128	387	80	99
<b>Total</b>	515		179	

Fonte: *Biblioteca*

*(Quadro 40) Empréstimo interbibliotecas, 2012*

	EIB interno		EIB externo	
	Artigos/ capítulos	Livros	Artigos/ capítulos	Livros
	203	330	88	100
<b>Total</b>	533		188	

Fonte: *Biblioteca*

### Gabinetes de investigação

A Biblioteca tem 10 gabinetes de investigação para uso dos utilizadores. Os gabinetes estão equipados com um computador ligado à Internet, e têm dois postos de trabalho distintos, o que permite a utilização por duas pessoas em simultâneo.

*(Quadro 41) Gabinetes de investigação (nº de utilizações), 2011-2012*

2011	2012
185	172

Fonte: *Biblioteca*

### Exposições e outras iniciativas

No ano de 2011, a Biblioteca realizou 13 exposições e outras iniciativas:

- 11 bancas de livros
- Mostra bibliográfica Prof. Jorge Miranda
- Mostra bibliográfica de teses de Mestrado

No ano de 2012, a Biblioteca realizou 9 exposições e outras iniciativas:

<sup>27</sup> Qualificam-se como empréstimo interbibliotecas (EIB) “internos” os pedidos efectuados pelos utilizadores internos da BFDUL – Professores, Assistentes e Alunos – e direccionados a Bibliotecas nacionais e estrangeiras.

<sup>28</sup> Qualificam-se como empréstimo interbibliotecas (EIB) “externos” os pedidos de empréstimos ou fotocópias de partes de obra provenientes de bibliotecas nacionais e estrangeiras.

- 3 bancas de livros
- Comemoração do Dia Mundial do Livro
- Mostra bibliográfica de relatórios e teses de Mestrado
- Formação de utilizadores – Legispalop
- Formação de utilizadores – 2 sessões de apresentação da BFDUL
- Boletim bibliográfico da Biblioteca – 2 números

## IV. Investigação e Desenvolvimento

### 1. Unidades de investigação

No âmbito da Faculdade de Direito existem diversas estruturas organizacionais com autonomia jurídica, que funcionando em articulação com a Faculdade, desenvolvem investigação especializada em várias áreas do Direito, promovem a divulgação científica, a realização de cursos pós-graduados, seminários e colóquios, entre outras atividades. As referidas estruturas apresentam perfis e dinâmicas distintas.

A criação de centros de investigação, submetidos aos procedimentos de acreditação e avaliação em vigor, - como o “Centro de Investigação de Direito Público” (CIDP), o “Centro de Investigação Direito, História e Sociedade” (CIDHIS) e o “Centro de Investigação de Direito Europeu, Económico, Financeiro e Fiscal” (CIDEEFF) – promovida pelos Institutos, possibilita aglutinar e contabilizar a produção científica de acordo com os parâmetros e boas práticas internacionais.

Na FDUL funcionam os seguintes Institutos e Associações:

- Associação Internacional de Direito dos Seguros<sup>29</sup>
- Associação Portuguesa de Direito Intelectual<sup>30</sup>
- Instituto de Ciências Jurídico-Políticas<sup>31</sup>
- Instituto do Direito do Consumo
- Instituto do Direito do Trabalho
- Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup> AIDA: <http://www.aida-portugal.org>

<sup>30</sup> APDI: <http://www.apdi.pt>

<sup>31</sup> ICJP: <http://www.icjp.pt>

- Instituto do Direito Penal e Ciências Criminais
- Instituto de Direito das Sociedades
- Instituto Europeu<sup>33</sup>
- Instituto de História do Direito e do Pensamento Político
- Instituto dos Valores Mobiliários<sup>34</sup>

Os Institutos promovem a divulgação científica através de diversas publicações impressas e digitais, tais como, revistas, monografias, atas de colóquios, entre outras. Nos anos de 2011 e 2012 foram publicadas:

**APDI:** *Colectânea Direito Industrial; Colectânea Direito da Sociedade de Informação; Colectânea Estudos de Direito da Bioética.*

**ICJP:** *Direito da Cultura e do Património Cultural, O Tratado de Lisboa – Jornadas Organizadas pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; Actas do Colóquio – Ambiente & Energia; Direito Público sem Fronteiras; Actas do Colóquio – A Revisão da Lei de Bases do Ambiente; Estudos de Direito do Ambiente e de Direito do Urbanismo; Escritos sobre a Universidade e a Faculdade; Lisbon Meeting of Administrative Procedure; Temas e Problemas de Processo Administrativo (2ª ed.); No Ano Internacional das Florestas; V Encontro de Professores de Direito Público.*

**IDT:** *Estudos do Direito do Trabalho, Vol. VI; Guia do Emprego para Jovens.*

**IDEFF:** *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal; Revista da Concorrência e Regulação<sup>35</sup>; Coleção Cadernos IDEFF; Coleção Colóquios IDEFF; Coleção Cadernos IDEFF Internacional.*

**IDPCC:** *Boletim do Direito Penal e Ciências Criminais.*

**IDS:** *Revista de Direito das Sociedades*

---

<sup>32</sup> IDEFF: <http://www.ideff.pt>

<sup>33</sup> IE: <http://www.institutoeuropeu.eu>

<sup>34</sup> IVM: <http://www.institutovaloresmobiliarios.pt>

<sup>35</sup> Em Cooperação Científica com a Autoridade da Concorrência Portuguesa e em ligação com Cátedra Jean Monnet de Regulação Económica/Prof. Doutor Luís Morais.

*IE: Revista de Estudos Europeus; 25 Anos na União Europeia - 125 Reflexões; Justiça Nacional, Justiça Europeia.*

*IHDPP: Revista de História do Direito e do Pensamento Político.*

## **2. Centro de Excelência Jean Monnet**

Encontra-se instalado na FDUL o Centro de Excelência da Universidade de Lisboa, atribuído a esta instituição pela Comissão Europeia, no âmbito dos Programas Jean Monnet. Com uma vocação interdisciplinar, o Centro de Excelência Jean Monnet promove a valorização do ensino superior e a investigação científica em matéria de integração europeia.

No ano lectivo 2011-2012, o Centro de Excelência realizou as seguintes atividades:

- Módulo Europeu Jean Monnet sobre Democracia, Cidadania e Direitos Fundamentais no Direito Europeu e no Direito Comparado
- Conferências:
  - Conferência Europeia Jean Monnet “Higher Education in the Framework of the 2020 European Union's Strategy”
  - “A União Europeia e o Mercosul: Relações Presentes e Futuras”
  - “O Modelo Social Europeu e a Economia Social de Mercado”
- Cursos de Especialização:
  - “Imigração, Migrantes e Asilo no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça”
  - “Multiculturalismo, Diversidade Cultural e Diálogo Intercultural”
  - “O Tratado de Lisboa: A Refundação da União Europeia e a Crise”

## **3. Publicações científicas**

Constituem publicações periódicas de natureza científica da FDUL<sup>36</sup>:

- Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

---

<sup>36</sup> Publicações de informação geral: “Boletim da FDUL”; “Newsletter do Gabinete de Saídas Profissionais / Gabinete de Orientação Profissional”.

- Revista do Instituto do Direito Brasileiro\*
- Coleção de Estudos de Direito Africano\*\*
- Biblioteca Digital *Ius Commune*<sup>37</sup>\*\*
- Direito Marítimo e dos Transportes\*\*\*

\* Editada no âmbito das atividades do Instituto do Direito Brasileiro.

\*\* Editada no âmbito das atividades do Instituto de Cooperação Jurídica, em colaboração com a Livraria Almedina.

\*\*\* Editada no âmbito das atividades do Centro de Direito Marítimo e dos Transportes, em colaboração com a Livraria Almedina.

---

<sup>37</sup> <http://www.fd.ul.pt/ICJ/Iuscommune.asp>

## V. Relações com o Exterior e Internacionalização

### 1. Aspectos Gerais

No domínio do seu relacionamento com o exterior a Faculdade de Direito evidencia uma importante dinâmica de (i) adequação da respectiva atuação às necessidades da comunidade, de (ii) aprofundamento das relações com universidades e outras instituições nacionais e estrangeiras e de (iii) dinamização das relações com os países de língua oficial portuguesa.

A cooperação com os países de língua oficial portuguesa, designadamente com os africanos, tem contribuído para a manutenção e aprofundamento das relações de Portugal e da Universidade portuguesa com os países envolvidos e, em particular, das suas escolas de Direito, com reflexos sensíveis, entre outros, ao nível das grandes soluções adotadas nesses países, onde não raras vezes se identificam traços notórios de influência portuguesa.

A FDUL oferece de um considerável número de  *cursos pós-graduados*  de especialização e atualização, bem como de outros cursos, orientados para o aperfeiçoamento da formação de juristas portugueses e estrangeiros.

Nos anos de 2011 a 2013 foram leccionados na FDUL, entre outros, os seguintes cursos:

- I Pós-Graduação de Atualização em História do Direito
  
- Curso Pós-Graduado de Direito Intelectual: Direito da Propriedade Industrial; Direito da Sociedade de Informação e Direito de Autor (2011/ 2012)
- Curso Pós-Graduado de Direito Intelectual: Direito da Propriedade Industrial; Direito da Sociedade de Informação e Direito de Autor (2012/ 2013)
  
- Direito do Urbanismo e da Construção (2011/ 2012)
- Contencioso Administrativo (2011/2012)

- VII Curso Avançado de Especialização em Teoria da Legislação e Legística (2012)
- Direito Administrativo do Mar (2012)
- Direito da Água (2012)
- Curso Avançado de Proteção de Dados Pessoais (2012)
- Contratos Públicos em Tempos de Crise (2012)
- Direito Municipal Comparado dos Países de Língua Oficial Portuguesa (2012)
- As Novas Diretivas de Contratação Pública (2012/ 2013)
- Contencioso Administrativo, IV Curso Pós-Graduado de Atualização (2012/ 2013)
- Direito do Urbanismo e da Construção (2012/ 2013)
- Direito do Turismo, Curso Pós-Graduado de Atualização (2013)
- Direito da Comunicação Social (2013)
  
- I Curso de Pós-Graduação em Direito Empresarial (2011/ 2012)
- XIV Curso Pós Graduado de Especialização em Direito do Trabalho (2012)
- II Curso de Pós-Graduação em Direito Empresarial (2012/ 2013)
- XIII Curso Pós Graduado de Especialização em Direito do Trabalho (2013)
  
- II Curso de Pós-Graduação de Especialização O Direito Europeu em Ação (2011)
- Pós-Graduação avançada em Direito Fiscal. O IVA na UE (2011)
- Pós-Graduação Reforma da Regulação Financeira na Sequência da Crise Internacional (2011)
- Formação Intensiva em Contabilidade - 3ª edição (2011)
- IX Curso de Pós-Graduação de Especialização em Direito Fiscal (2011/ 2012)
- III Curso de Pós-Graduação de Especialização em Mercados Financeiros (2011/ 2012)
- Nono Curso de Pós-graduação em Direito da Concorrência e Regulação (2012)
- 2.º Curso de Formação para Juizes Nacionais em matéria de Direito Europeu da Concorrência (2012)
- I Curso de Especialização "Emissão e Gestão da Dívida Pública e Mercados de Dívida Pública" (2012)
- Curso de Formação em Aspectos Jurídicos e Fiscais do Contrato de Seguro e da Atividade Seguradora (2012)
- Curso Intensivo de Atualização em Direito Fiscal "SNC e IRC" (2012)
- Curso Intensivo sobre Finanças Empresariais (2012)
- Curso de Formação Intensiva sobre Contabilidade - 4ª edição (2012)
- IV Pós-Graduação de Especialização em Mercados Financeiros: Funcionamento e Regulação do Sistema Financeiro (2012/ 2013)
- X Curso de Pós-Graduação de especialização em Direito Fiscal (2012/ 2013)

- Curso de Pós-graduação Avançada em Direito Fiscal "Grandes Temas Processuais e Substantivos dos Principais Tributos Portugueses" (2012/ 2013)
- I Curso Avançado sobre Cooperação Judiciária Internacional e Europeia em Matéria Penal (2011/ 2012)
- III Curso Pós-Graduado de Aperfeiçoamento sobre Direito da Investigação Criminal e da Prova (2011/ 2012)
- I Curso Pós-Graduado de Aperfeiçoamento sobre Jurisprudência Penal Portuguesa: Critérios Práticos de Decisão e Perspetivas Doutrinárias (2012/ 2013)
- I Curso Pós-Graduado de Atualização sobre Direito Penal das Pessoas Coletivas (2013)
  
- XII Curso Pós-Graduado de Aperfeiçoamento em Direito do Consumo - "O Direito do Consumo no quadro da execução do memorando de entendimento sobre as condicionalidades de políticas económicas entre o Estado Português e a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional (Troika)" (2011/ 2012)
- XIII Curso Pós-Graduado de Aperfeiçoamento em Direito do Consumo – "Os Direitos dos Consumidores e a nova Agenda dos Consumidores Europeus" (2012/ 2013)
  
- XVI Curso de Pós-Graduação em Direito dos Valores Mobiliários (2011/ 2012)
- XVII Curso de Pós-Graduação em Direito dos Valores Mobiliários (2012/ 2013)

A organização e realização de *conferências, congressos, jornadas, seminários e outros encontros* pela FDUL, e pelos Institutos nela integrados, constitui outra área de relevante conexão com a sociedade e a comunidade científica.

A Faculdade celebra e gere diversos *protocolos* com universidades e outras instituições nacionais e estrangeiras, no âmbito dos quais se desenvolvem atividades de cooperação, colaboração e formação.

## **2. Instituto de Cooperação Jurídica**

A FDUL através do seu Instituto de Cooperação Jurídica, promove uma política geral de cooperação, desenvolvendo atividades em diversos países: África do Sul, Angola, Cabo Verde, China, Estados Unidos da América, Guiné-Bissau, Índia, Moçambique e Timor Leste.

Assumem particular relevância as atividades de cooperação com faculdades congéneres de outros países de língua oficial portuguesa.

No ano de 2010, um total de 1414 alunos beneficiou diretamente da leccionação pela FDUL no estrangeiro, no âmbito da cooperação jurídica:

*(Quadro 42) Leccionação direta pela FDUL, 2010*

	Angola	Goa	Guiné-Bissau	Moçambique	Timor-Leste	Total
Doutoramento				13		13
Mestrado	18			92		110
Pós-Graduação	134	89	53	27		303
Licenciatura			365	505	23	893
Outros cursos e iniciativas análogas	95					

Fonte: *Atividades de Cooperação 2011/2012*

No ano de 2012 o número de alunos abrangidos pelas atividades de cooperação foi de 1482, dos quais 894 em cursos de licenciatura e 588 em cursos pós-graduados e outros. O número total de docentes da FDUL que participaram nestas atividades foi de 66.

*(Quadro 43) Leccionação direta pela FDUL, 2012*

Países	Licenciatura	Mestrado	Pós-graduações	Doutoramento	Outros	Total 2011	Total 2012
Angola	-	26	151	-	-	1429	177
Cabo Verde	-	25	49	-	-	52	74
China	-	-	-	20	-	-	20
Guiné-Bissau	346	-	67	-	35	398	448
Índia	-	-	34	-	-	24	34
Moçambique	382	84	31	-	-	770	497
Timor	166	22	44	-	-	77	232
Total	894	157	376	20	35	2750	1482

Fonte: *Relatório de Atividades 2012*

### 3. Gabinete Erasmus

O Gabinete Erasmus é um serviço da FDUL que tem por função organizar e coordenar as atividades desenvolvidas pela Faculdade no âmbito dos programas de intercâmbio universitário, em particular do Programa Erasmus. Neste domínio, compete-lhe celebrar protocolos com universidades europeias, fornecer informação e organizar os processos de candidatura dos estudantes da Faculdade, promover a integração dos estudantes visitantes, prestar apoio aos docentes na leccionação e avaliação dos estudantes envolvidos no programa.

Para além de promover a mobilidade de estudantes, docentes e pessoal administrativo, no âmbito do programa Erasmus, o Gabinete presta apoio à atividade internacional de docentes, organiza cursos intensivos de matérias jurídicas, leccionados em língua estrangeira, por professores de outras universidades.

No ano lectivo de 2010/2011 foram organizados 11 cursos intensivos ministrados por professores visitantes, destacando-se ainda os seguintes dados:

*(Quadro 44) Estudantes recebidos 2010-2011*

	Programa Erasmus	Outros intercâmbios	Outros programas	Total
2010/2011	44	38	4	86

Fonte: Relatório de Atividades 2010/2011

*(Quadro 45) Estudantes enviados*

	Programa Erasmus Estudos	Programa Erasmus Estágios	Outros intercâmbios	Total
2010/2011	36	4	31	71

Fonte: Relatório de Atividades 2010/2011

*(Quadro 46) Mestrado Erasmus Mundus*

Estudantes recebidos	Estudantes enviados
6	1

Fonte: Relatório de Atividades 2010/2011

(Quadro 47) Intercâmbio de docentes

Docentes recebidos	Docentes enviados
5	3

Fonte: Relatório de Atividades 2010/2011

#### 4. Instituto do Direito Brasileiro

Através do Instituto do Direito Brasileiro <sup>38</sup> a FDUL promove o aprofundamento da cooperação científica e pedagógica com diversas universidades e instituições brasileiras. O Instituto organiza e acompanha estudos e eventos de divulgação científica, incentiva a mobilidade de docentes portugueses e brasileiros, presta apoio aos estudantes brasileiros dos cursos de licenciatura, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento.

Compete ao Instituto do Direito Brasileiro gerir os protocolos celebrados pela FDUL com faculdades, universidades, escolas de magistratura, escolas de advocacia, entre outras instituições brasileiras relativos ao intercâmbio de estudantes de pós-graduação, com vista à realização de cursos de Mestrado, Doutoramento e Estágios de Pós-Doutoramento.

O Instituto do Direito Brasileiro promove a realização e apoia a organização de conferências e cursos, na FDUL, em cooperação com diversas instituições brasileiras e privilegia o intercâmbio científico através da deslocação de professores visitantes.

---

<sup>38</sup> IDB: <http://www.idb-fdul.com>

## VI. Sistemas de Informação e de Gestão

Através do respectivo sítio na Internet ([www.fd.ul.pt](http://www.fd.ul.pt)) a Faculdade disponibiliza um amplo conjunto de informação sobre a sua atividade, bem como o acesso a um relevante número de funcionalidades.

A FDUL tem vindo a adoptar, progressivamente, a utilização do sistema informático integrado da Universidade de Lisboa, adequando-o às suas necessidades. A informatização e disponibilização de serviços *on line* permite alcançar vantagens significativas sob a forma de desburocratização dos procedimentos administrativos, optimização dos recursos humanos disponíveis, qualidade e acessibilidade dos serviços prestados.

Durante os anos de 2011 e 2012 foram introduzidas diversas melhorias com vista a aumentar as funcionalidades *on line*, ao dispor dos estudantes e dos docentes, através da “conta campus”:

### Funcionalidades para os estudantes

- Apresentação de candidaturas e realização de matrículas
- Pagamento de taxas e propinas
- Consulta de sumários
- Consulta de notas
- Pedido de revisão de provas (fundamentação do recurso e despacho do docente *on line*)
- Pedido de certidões

### Funcionalidades para os docentes

- Lançamento de sumários
- Lançamento de notas
- Consulta de pautas

## VII. Conclusões

A Faculdade de Direito constitui uma instituição de referência, no domínio da formação jurídica, à escala nacional e no universo dos países lusófonos, o que permite compreender a heterogeneidade da origem geográfica dos seus estudantes, bem como o significativo número de estudantes provenientes dos PALOP e do Brasil.

A manutenção da qualidade da formação no 2º Ciclo aconselha à definição e/ou reformulação de alguns critérios relativos, designadamente, à seleção de alunos e ao número de disciplinas oferecidas.

A extensa atividade de investigação e produção científica produzida na Faculdade de Direito não se encontra ainda compatibilizada com a existência de mecanismos adequados a garantir a sua avaliação quantitativa e visibilidade externa, nomeadamente por via da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Nesta medida, afigura-se necessário o apuramento da implementação do modelo de centros de investigação, já em curso, o desenvolvimento e divulgação de formas de credenciação da produção científica, bem como a promoção da publicação de trabalhos de investigação em língua estrangeira.

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa assume uma posição ímpar a nível nacional no relacionamento com os PALOP e o Brasil, como resulta evidenciado.

A AAFDL constitui uma importante e ativa estrutura de participação dos alunos na vida da Instituição, desenvolvendo também importantes atividades no domínio da inserção na vida profissional e do apoio a alunos carenciados.

As funcionalidades *on line* ao dispor dos estudantes e dos docentes operam uma importante simplificação, racionalização dos recursos e tarefas administrativas contribuindo, simultaneamente, para uma melhoria do relacionamento entre os estudantes e a instituição.

## Índice

<i>I. Considerações Iniciais</i> .....	3
<i>II. Dados da Instituição</i> .....	4
1. A Faculdade e a Universidade de Lisboa .....	4
2. Missão e Objectivos.....	5
3. Órgãos da Faculdade .....	6
4. Instalações.....	7
5. Recursos Humanos.....	9
6. Associações de Estudantes .....	9
6.1. Associação Académica da Faculdade de Direito .....	9
6.2. Outras Associações Estudantis .....	11
<i>III. Ensino/ Aprendizagem</i> .....	12
1. Estudantes.....	12
1.1. Caracterização Geral.....	12
1.2. Acesso.....	14
1.3. Alunos Estrangeiros .....	15
1.4. Caracterização Socio-económica.....	17
1.5. Estruturas de Apoio aos Alunos.....	21
1.5.1. Gabinete de Saídas Profissionais.....	21
1.5.2. Gabinete de Psicologia e Orientação.....	21
2. Docentes .....	22
3. Graus e Planos de Estudos.....	24
3.1. Licenciatura- 1º Ciclo .....	24
3.2. Mestrado - 2º Ciclo .....	26
3.2.1. Mestrado Profissionalizante .....	26
3.2.2. Mestrado Científico - 2.º Ciclo .....	27
3.2.3. Mestrado Pré-Bolonha.....	28
3.3. Doutoramento .....	29
4. Biblioteca.....	30

4.1. Recursos Humanos.....	30
4.2. Acervo .....	30
Serviços prestados pela Biblioteca: .....	31
Serviço de empréstimo interbibliotecas .....	31
Gabinetes de investigação.....	32
Exposições e outras iniciativas.....	32
<i>IV. Investigação e Desenvolvimento .....</i>	<i>34</i>
1. Unidades de investigação .....	34
2. Centro de Excelência Jean Monnet .....	36
3. Publicações científicas .....	36
<i>V. Relações com o Exterior e Internacionalização .....</i>	<i>38</i>
1. Aspectos Gerais.....	38
2. Instituto de Cooperação Jurídica .....	40
3. Gabinete Erasmus.....	42
4. Instituto do Direito Brasileiro .....	43
<i>VI. Sistemas de Informação e de Gestão .....</i>	<i>44</i>
<i>VII. Conclusões.....</i>	<i>45</i>

## Índice de Quadros

<i>(Quadro 1) Unidades orgânicas da ULisboa</i>	4
<i>(Quadro 2) Recursos humanos UL + UTL (jan. 2012)</i>	4
<i>(Quadro 3) Distribuição por categoria, 2011-2012</i>	9
<i>(Quadro 4) Alunos da ULisboa, 2010-2011</i>	12
<i>(Quadro 5) Total dos alunos inscritos, 2010 - 2013</i>	13
<i>(Quadro 6) Número de alunos inscritos no curso de Licenciatura, 2010-2013</i>	13
<i>(Quadro 7) Número de alunos inscritos nos cursos de Mestrado, 2010-2013</i>	13
<i>(Quadro 8) Número de alunos inscritos no curso de Doutoramento, 2010-2013</i>	14
<i>(Quadro 9) Alunos diplomados</i>	14
<i>(Quadro 10) Número de Vagas (vagas do concurso nacional de acesso ao Ensino Superior)</i>	14
<i>(Quadro 11) Número de candidatos na 1.ª fase do concurso nacional de acesso</i>	15
<i>(Quadro 12) Número de candidatos em 1ª opção na 1ª fase do concurso nacional de acesso</i>	15
<i>(Quadro 13) Admissão de alunos de Licenciatura através de concursos especiais de acesso</i>	15
<i>(Quadro 14) Inscrições 1ª vez 1º ano, por sexo (valores percentuais)</i>	15
<i>(Quadro 15) N° de alunos inscritos no 1º ciclo, por país de nacionalidade, no ano lectivo 2011-12</i>	16
<i>(Quadro 16) N° de alunos inscritos no 2º ciclo (Mestrado Profissionalizante Pré e Pós Bolonha), por país de nacionalidade, no ano lectivo 2011-12</i>	16
<i>(Quadro 17) N° de alunos inscritos no 2º ciclo (Mestrado Científico), por país de nacionalidade, no ano lectivo 2011-12</i>	16
<i>(Quadro 18) N° de alunos inscritos no 3º ciclo (Doutoramento), por país de nacionalidade, no ano lectivo 2011-12</i>	17
<i>(Quadro 19) Proveniência/residência por ciclo de estudos</i>	17
<i>(Quadro 20) Deslocado da residência no presente ano letivo por ciclo de estudos</i>	18
<i>(Quadro 21) Exerce atualmente atividade remunerada por ciclo de estudos</i>	18
<i>(Quadro 22) Escolaridade da mãe por ciclo de estudos</i>	18
<i>(Quadro 23) Escolaridade do pai por ciclo de estudos</i>	19
<i>(Quadro 24) Profissão atual ou anterior da mãe por ciclo de estudos</i>	19

<i>(Quadro 25) Profissão atual ou anterior do pai por ciclo de estudos</i>	20
<i>(Quadro 26) Composição do agregado familiar por ciclo de estudos</i>	20
<i>(Quadro 27) Estabelecimento de ensino frequentado no secundário por ciclo de estudos</i>	20
<i>(Quadro 28) Idade média por ciclo de estudos</i>	21
<i>(Quadro 29) Docentes por categoria, 2011-2012</i>	22
<i>(Quadro 30) Docentes por categoria e grupo, 2011-2012</i>	23
<i>(Quadro 31) Doutoramentos por grupo científico, 2011-2012</i>	23
<i>(Quadro 32) Plano de estudos da licenciatura</i>	24
<i>(Quadro 33) Cursos de Mestrado Pré-Bolonha, 2011-2012</i>	28
<i>(Quadro 34) Recursos humanos, 2011-2012</i>	30
<i>(Quadro 35) Existências por tipo de documento (total de exemplares até dezembro de 2012)</i>	30
<i>(Quadro 37) Modalidade de aquisição, 2011-2012</i>	31
<i>(Quadro 39) Empréstimo interbibliotecas, 2011</i>	32
<i>(Quadro 40) Empréstimo interbibliotecas, 2012</i>	32
<i>(Quadro 41) Gabinetes de investigação (nº de utilizações), 2011-2012</i>	32
<i>(Quadro 42) Leccionação direta pela FDUL, 2010</i>	41
<i>(Quadro 43) Leccionação direta pela FDUL, 2012</i>	41
<i>(Quadro 44) Estudantes recebidos 2010-2011</i>	42
<i>(Quadro 45) Estudantes enviados</i>	42
<i>(Quadro 46) Mestrado Erasmus Mundus</i>	42
<i>(Quadro 47) Intercâmbio de docentes</i>	43



GABINETE ERASMUS

***RELATÓRIO DE ACTIVIDADES***  
***ANO LECTIVO 2012/2013***



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

# LISTA DOS PROFESSORES COORDENADORES DA FACULDADE DE DIREITO DE BISSAU

Doc. 19

ANO LETIVO DE 2013/2014

<b>1.º Ano</b>				
<b>DISCIPLINA</b>	<b>COORDENADOR</b>	<b>EMAIL</b>	<b>REGENTE</b>	<b>EMAIL</b>
Introdução ao Estudo do Direito	Prof. Doutor Cláudio Monteiro	cmonteiro@fd.ul.pt	Mestre José Rodrigues da Fonseca	jocarf2000@yahoo.com.br
Economia Política	Prof. Doutor Fernando Araújo	borgesaraujo@gmail.com/ borgesaraujo@yahoo.com	Mestre Vasco Biagué	joabiague@hotmail.com
História do Direito e do Estado da Guiné-Bissau	Prof. Doutora Sílvia Alves	silviaanjosalves@gmail.com	Mestre Fodé Mané	-
Direito Constitucional	Prof. Doutor Jaime Valle	Jaime.valle@yahoo.com	Mestre Vasco Biagué	joabiague@hotmail.com
<b>2.º Ano</b>				
<b>DISCIPLINA</b>	<b>COORDENADOR</b>	<b>EMAIL</b>	<b>REGENTE</b>	<b>EMAIL</b>
Direito Administrativo I	Prof. Doutor Cláudio Monteiro	cmonteiro@fd.ul.pt	Prof. Doutor Cláudio Monteiro	cmonteiro@fd.ul.pt
Teoria Geral do Direito Civil	Prof. Doutor Dário Moura Vicente	dmouravicante@fd.ul.pt	Mestre Alcides Gomes	aliolpi@yahoo.com.br
Direito Internacional Económico e Relações Económicas Internacionais	Prof. Doutora Rute Saraiva	rutesaraiva@fd.ul.pt	Mestre Armando Sumba	-
<b>3.º Ano</b>				
<b>DISCIPLINA</b>	<b>COORDENADOR</b>	<b>EMAIL</b>	<b>REGENTE</b>	<b>EMAIL</b>
Direito das Obrigações	Prof. Doutor Luis Menezes Leitão	menezesleitao@fd.ul.pt/ profmleitao@netcabo.pt	Mestre Januário Correia	Gerecip2@yahoo.com.br
Direitos Reais e Direito Agrário	Prof. Doutor José Alberto Vieira	profjav@sapo.pt	Lic. Juliano Fernandes	-
Direito do Trabalho	Prof. Doutor Luis Menezes Leitão	menezesleitao@fd.ul.pt/ profmleitao@netcabo.pt	Mestre Zezinho Famaqueia	-

# LISTA DOS PROFESSORES COORDENADORES DA FACULDADE DE DIREITO DE BISSAU

ANO LETIVO DE 2013/2014

<b>4.º Ano</b>					
DISCIPLINA	COORDENADOR	EMAIL	REGENTE	EMAIL	
Direito Penal I	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	paulousamendes@yahoo.com	Mestre Hermenegildo Pereira	-	
Direito Comercial I	Prof. Doutor Januário Costa Gomes	jcostagomes@fd.ul.pt	Mestre Numna Medina	gorkymedina76@hotmail.com	
Direito da Família e das Sucessões	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro	jorgeduardtepinheiro@fd.ul.pt	Mestre Manuela Mendes	manuelalopes55@hotmail.com	
Direito do Trabalho e da Função Pública (Menção em Administração Pública)	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão	menezesleitao@fd.ul.pt/ profimleitao@netcabo.pt	Mestre Carlitos Djecjo	-	
<b>5.º Ano</b>					
DISCIPLINA	COORDENADOR	EMAIL	REGENTE	EMAIL	
Direito Internacional Privado	Prof. Doutor Dário Moura Vicente	dmouravicente@fd.ul.pt	Mestre Juscelino da Cunha Pereira	-	
Direito do Urbanismo e do Ordenamento do Território / Direito do Ambiente (Menção em Administração Pública)	Prof. Doutor Cláudio Monteiro	cmonteiro@fd.ul.pt	Mestre Adilson Djabulá	adilsonjabula@hotmail.com	



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa  
Instituto de Cooperação Jurídica

<b>INVESTIMENTO EFETUADO (€)</b>			
	<b>FDUEM</b>	<b>UNIZAMBEZE</b>	<b>TOTAL</b>
<b>2007</b>	160.412,19	55.256,31	<b>215.668,50</b>
<b>2008</b>	146.867,07	138.171,12	<b>285.038,19</b>
<b>2009</b>	52.218,96	182.501,52	<b>234.720,48</b>
<b>2010</b>	125.196,00	174.700,00	<b>299.896,00</b>
<b>2011</b>	121.450,00	118.500,00	<b>239.950,00</b>
<b>2012</b>	118.200,00	67.500,00	<b>185.700,00</b>
<b>2013</b>	86.500,00	65.500,00	<b>152.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>810.844,22</b>	<b>802.128,95</b>	<b>1.612.973,17</b>



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa  
Instituto de Cooperação Jurídica

## I CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS

em colaboração com a Faculdade de Direito  
da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo)

2014  
**Programa\*:**

### **Contratos Cíveis**

Regente: Prof. Doutor Luís Menezes Leitão  
Período letivo: 21 a 25 de abril de 2014

### **Contratos Internacionais**

Regente: Prof. Doutor Armando Dimande  
Período letivo: 19 a 23 de maio de 2014

### **Contratos Comerciais**

Regente: Prof.<sup>a</sup> Doutora Elsa Dias Oliveira  
Período letivo: 23 a 27 de junho de 2014

### **Sociedades Comerciais**

Regente: Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Perestrelo Oliveira  
Período letivo: 21 a 25 de julho de 2014

### **Parcerias Público-Privadas**

Regente: Dr. Manuel Castelo-Branco  
Período letivo: 22 a 26 de setembro de 2014

### **Propriedade Industrial**

Regente: Prof. Doutor Dário Moura Vicente  
Período letivo: 10 a 14 de novembro de 2014

Cada módulo terá a duração de cinco dias úteis, sendo lecionadas duas horas de aulas em cada dia, em horário pós-laboral (18h00m - 20h00m).

\* Datas sujeitas a alteração



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa  
Instituto de Cooperação Jurídica

## **IV CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS**

em colaboração com a Faculdade de Direito  
da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo)

**2014**

### **Programa\*:**

#### **Economia Política e Teoria e Análise Económica do Direito – I Módulo**

Regente: Prof. Doutor Fernando Araújo

Período letivo: 7 a 12 abril de 2014

#### **Finanças Públicas e Fiscalidade – I Módulo**

Regente: Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira

Período letivo: 5 a 11 maio de 2014

#### **Direito da Economia – I Módulo**

Regente: Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues

Período letivo: 2 a 8 junho de 2014

#### **Economia Política e Teoria e Análise Económica do Direito – II Módulo**

Regente: Mestra Ana Comoane

Período letivo: 1 a 7 setembro de 2014

#### **Finanças Públicas e Fiscalidade – II Módulo**

Regente: Prof. Doutor Teodoro Waty

Período letivo: 6 a 12 outubro de 2014

#### **Direito da Economia – II Módulo**

Regente: Prof. Doutor Luís Silva Morais

Período letivo: 10 a 16 novembro de 2014

Cada módulo terá a duração mínima de cinco dias úteis, sendo lecionadas pelo menos duas horas de aulas em cada dia, em horário pós-laboral (18:00/20:00)

\* Datas sujeitas a alteração